



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LAURO HENRIQUE GOMES ACCIOLY FILHO**

**DEMOCRACIAS DESENVOLVIDAS EM RISCOS: CONTROLE E MANIPULAÇÃO  
DE INFORMAÇÕES NA ERA DIGITAL E OS DANOS ÀS GARANTIAS  
INSTITUCIONAIS DEMOCRÁTICAS**

**JOÃO PESSOA  
2021**

LAURO HENRIQUE GOMES ACCIOLY FILHO

**DEMOCRACIAS DESENVOLVIDAS EM RISCOS: CONTROLE E MANIPULAÇÃO  
DE INFORMAÇÕES NA ERA DIGITAL E OS DANOS ÀS GARANTIAS  
INSTITUCIONAIS DEMOCRÁTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção da aprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do 8º Período de Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Ciência Política, Comunicação e Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

**JOÃO PESSOA  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A171d Accioly Filho, Lauro Henrique Gomes.

Democracias desenvolvidas em riscos [manuscrito] : controle e manipulação de informações na era digital e os danos às garantias institucionais democráticas / Lauro Henrique Gomes Accioly Filho. - 2021.

65 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Estados Unidos. 2. Manipulação informacional. 3. Riscos democráticos. I. Título

21. ed. CDD 303.48

LAURO HENRIQUE GOMES ACCIOLY FILHO

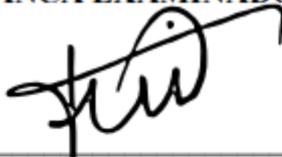
DEMOCRACIAS DESENVOLVIDAS EM RISCOS: CONTROLE E MANIPULAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES NA ERA DIGITAL E OS DANOS ÀS GARANTIAS INSTITUCIONAIS  
DEMOCRÁTICAS

Trabalho de Conclusão de Curso ou Tese ou  
Dissertação apresentada ao Programa de  
Graduação em Relações Internacionais da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título do grau  
de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Ciência Política,  
Comunicação e Relações Internacionais.

Aprovada em: 26/ 03/ 2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Anna Beatriz Leite Henriques  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Cristina Carvalho Pacheco  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

À todos (as) que estiveram dispostos (as) a participar da minha trajetória na graduação e além dela, me dando conselhos de como tomar as melhores decisões que iriam afetar minha vida, de alguma maneira. Que também me permitiram mostrar, sempre que possível, minha melhor versão, de exercer minha suntuosa performance lírica.

Aos que se engajaram comigo e outrens na missão de humanizar os diálogos dentro do espectro dos Models United Nations (MUNs), difundido e ampliando novas diretrizes de posturas que evitassem a replicabilidade de condutas ultrajantes e violentas simbolicamente, verbalmente e gestualmente.

As mulheres extraordinárias que me fizeram mais humano, as quais são dignas de reconhecimento e esplendor por suas autênticas e múltiplas vitórias, sendo elas, minhas grandes inspirações: Ana Paula Maielo Silva, Silvia García Nogueira, Maria Laura Gomes Accioly, Maria Beatriz Franca Diniz, Isabela Victória Nogueira, Isabella Félix Maria, Letícia Almeida Montenegro, Karla Sabryna Valença Soares, Mayra Portela Matteucci, Keila Tainá, Geórgia Menezes, Edith Larissa, Malala Yousafzai, Djamila Ribeiro. E, especialmente, as professoras Cristina Carvalho Pacheco e Anna Beatriz Leite Henriques, cujas participações breves, embora significativas, perante minha formação da graduação, fizeram-se indispensáveis.

Aos meus amigos (as) LGBTQIA + que me aceitam e me deram ânimo para recomeçar minha vida, mesmo após ser expulso de casa, de sofrer na escuta das duras verbalizações que minaram o meu verdadeiro “eu” e me desestabilizaram por muitas vezes. Honradamente, agradeço ao meu amigo trans Júlio César Bruce e demais vozes que estiveram vivenciando os mesmos cenários, sendo por vezes semelhantes, ou mais abruptos, ou mais sutis. Contudo, sem deixarem de serem dolorosos, portanto, dou esse eco para as vozes que me fortaleceram: Judith Butler, Renan Quinalha, João W. Nery, Marielle Franco, David Bowie, Elton John, Cazusa e Rita Von Hunty.

Ao meu orientador que esteve disposto a lidar com minha impulsividade de querer ler todos os materiais possíveis e de diversos temas, por vezes, atrapalhando minha desenvoltura na produção deste trabalho. Agradeço por sua compreensão diante de um workaholic com TDAH.

Ao meu irmão Rugher Accioly, que não encontra-se mais no mundo terráqueo, porém, que assiste minha trajetória e me ampara sempre que possível. Ele e minha prima Beatriz Accioly foram indispensáveis na minha infância, me permitiram ser o garoto amável que sou.

“Slow down, you crazy child. You're so ambitious for a juvenile but then if you're so smart, tell me why are you still so afraid? Where's the fire? What's the hurry about? You better cool it off before you burn it out, you got so much to do and only so many hours in a day [...] Slow down, you're doing fine, you can't be everything you wanna be before your time [...] You know that when the truth is told that you can get what you want or you can just get old? You're gonna kick off before you even get halfway through. Why don't you realize? Vienna waits for you” (Billy Joel)

## RESUMO

As modificações globais perante o avanço tecnológico e a utilização de mecanismos produzidos por este avance, coloca o sistema político democrático em risco, tendo em vista que o atual cenário social, econômico, cultural e político é desafiado a se enquadrar nos entornos da era informacional. Desta maneira, colocando em pauta as preocupações de Robert Dahl acerca do processo dos cidadãos de formular e exprimir preferências políticas no modelo democrático representativo e, encarando a mídia com veemência atuação e protagonismo perante esse processo. A era da informação norteadada pela comunicação digital, reforça fragilidades de condições para o exercício da cidadania informada dos indivíduos, ao ponto de proporcionar um transbordamento de impactos em outras garantias institucionais políticas como: a igualdade política e a participação pluralista. À vista disso, a pesquisa se propõe a analisar os riscos que as democracias podem estar sujeitas de controle e a manipulação de informações na era digital, a partir de um estudo de caso das instabilidades políticas nos Estados Unidos, com aparição de Donald Trump. Portanto, o recorte temporal será referente ao processo eleitoral dos Estados Unidos de 2016, porém, por vezes, serão revisitados eventos anteriores que desenvolvem causalidade com os acontecimentos analisados deste recorte temporal. A metodologia aplicada nutre-se de uma revisão bibliográfica para um estudo de caso, enquanto uma ferramenta de pesquisa capaz de explicar fenômenos particulares, sendo assim, de abordagem qualitativa. Assim, o respectivo trabalho concebe destaque a problemática do âmago da mídia enquanto um ator interveniente do processo de formular e exprimir preferências políticas pelos cidadãos nos regimes políticos democráticos.

**Palavras-Chave:** Estados Unidos. Manipulação informacional. Riscos Democráticos.

## **ABSTRACT**

Global changes in the face of technological advancement and the use of mechanisms produced by it, put the democratic political system at risk, given that the current social, economic, cultural and political scenario is challenged to fit in with the information age. In this way, placing on the agenda the concerns of Robert Dahl about the process of citizens to formulate and express political preferences in the representative democratic model, as well as, analyzing the media with its leading role in the face of this process. The era of information guided by digital communication, reinforces weaknesses of the conditions for the exercise of informed citizenship of people, to the point of providing an overflow of impacts on other institutional political guarantees such as: political equality and pluralist participation. In light of this, the research offers an analysis of the risks that democracies may face according to the control and manipulation of information in the digital age, based on a case study of political instabilities in the United States, with the emergence of Donald Trump. Therefore, the time frame will refer to the 2016 United States electoral process, but sometimes past events that develop causality with events from this time frame will be revisited. The applied methodology is based on the bibliographic review for a case study, as a research tool capable of explaining certain phenomena, being, therefore, of a qualitative approach. Thus, the respective work highlights the problem of the core of the media as an intervening actor in the process of forming and expressing citizens' favorite policies in democratic political regimes.

**Keywords:** United States of America. Informational Manipulation. Democratic Risks.

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	10
<b>2 DEMOCRACIA AVALIADA SEGUNDO OS PRECEITOS DE ROBERT DAHL</b>	14
2.1 As implicações do processo de formulação de preferências: o desafio da consciência cívica	18
2.2 A transformação da mídia: impactos da segmentação e individualização	22
2.3 O gabinete dos outsiders políticos do século XXI: respostas à crise neoliberal	26
<b>3 A POLÍTICA DO RESSENTIMENTO DEFINE OS ELEITORES DE TRUMP?</b>	30
3.1 Demagogia e Manipulação: como um empresário favorecido por políticas neoliberais conquistou o apoio popular dos afetados por elas?	34
3.2 Um parêntese enfático: a liberdade não conquistada da população negra e dos LGBT+	38
<b>4 ANALISANDO O TRUMPISMO: PERFORMANDO A POLÍTICA DO ESCÂNDALO</b>	43
4.1. Onze de Setembro e a fertilidade virtual das teorias de conspiração	45
4.2 Uma democracia caótica: o contexto político no campo minado da internet	47
4.3 A comercialização do espetáculo: escândalos políticos são a nova tendência do mercado	55
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	57
<b>REFERÊNCIAS</b>	63

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A respectiva monografia propõe analisar os riscos das democracias avançadas<sup>1</sup> com o controle e a manipulação de informações na era digital. Para esse propósito, a partir de um estudo de caso analítico heurístico<sup>2</sup>, pretende-se analisar o fenômeno mais recente de instabilidades políticas nos Estados Unidos, com aparição de Donald Trump e a saraivada de cenários enervantes que sua conduta incentivou num país com cicatrizes de polarizações políticas. A escolha desse recorte foi provocada pelas constantes ameaças apontadas por acadêmicos frente às pesquisas sobre a falta de crença nos regimes democráticos, sendo mais colossal em democracias antigas, como os Estados Unidos da América, a França, o Reino Unido e outros países europeus.

O estudo de caso é proposto com intenção de tornar inteligível o porquê da manifestação de fenômenos perante um estudo de acontecimentos elegidos, com objetivo de garantir uma pesquisa robusta do objeto estudado (HENRIQUES; LEITE; JÚNIOR, 2015, p.12-16). Pautando-se na pergunta norteadora: em que medida o controle das informações por grupos políticos pode ser prejudicial para um sistema político democrático, mesmo sendo uma democracia avançada? Se fará a tentativa de desvendar tal questão, pondo em análise a contribuição dos meios de comunicação: televisivo e digital no controle das informações por grupos políticos, sendo um dos fatores que contribuíram para campanha política do Donald Trump em sua jornada eleitoral, uma vez que o seu seguimento de ações de expelir informações distorcidas para se promover foi tão prolífico no país mais reconhecido como modelo da democracia.

A estruturação do respectivo trabalho se dará da seguinte maneira: primeiro será introduzido alguns dos escritos mais notórios de Robert Dahl acerca de temas que revelam preocupações com a questão de formulação de preferências políticas pelos cidadãos. A escolha feita por Dahl é dada em razão de sua assertividade, embora longínqua, dos efeitos que a evolução tecnológica traria aos processos de formular e exprimir preferências políticas, descritos acima como o ponto inicial desta pesquisa para analisar a pergunta problema proposta.

---

<sup>1</sup> São aquelas com índices avançados do desenvolvimento econômico e das garantias institucionais dos direitos políticos, propostos a coexistirem nos regimes democráticos.

<sup>2</sup> O estudo de caso de caráter heurístico empenha-se a gerar hipóteses de modo indutivo (HENRIQUES; LEITE; JÚNIOR, 2015).

Por sua vez, serão tecidos os desafios da consciência cívica baseado nas colocações de Porto (2003) em relação à falta de agudeza dos debates sobre o dilema democrático: insuficiência participativa do público nos processos e eventos políticos. Diante disso, será pautado questões como adequadas incorporações de habilidades em interpretar a realidade com agudeza e elaborar significados por parte do público. E, os enquadramentos interpretativos que podem servir de armadilhas quando não diversificados e disponibilizados de forma igual aos cidadãos. Em continuidade, serão retratadas, suntuosamente, as modificações que a mídia recebeu e projetou, ecoando desafios mais latentes à integração política dos cidadãos para debaterem politicamente sem causar grandes ruídos em seus diálogos.

Posteriormente, serão adicionados os fatores da nova conjuntura contemporânea que contribuíram para o fanatismo político demolir os arranjos democráticos que fortalecem a democracia. Neste subtópico será apresentada a leitura crítica de Wendy Brown (2019) sobre o neoliberalismo com seus impactos, permitindo a elaboração de uma cegueira de grupos específicos que se afetam com o desmonte da assistência pública estatal, vista a racionalidade corporativista que o capitalismo desenvolve perante o novo regime concebido como neoliberalismo.

O terceiro capítulo fará, precisamente, uma análise de uma parte da sociedade norte-americana e trará ilustrações mais detalhadas dos grupos políticos que se engajaram mais com o comportamento incendiário de Donald Trump. E, será concebido leituras desses comportamentos com a intenção de compreender sua motivação, assim, a partir de tais avaliações se fará um compilado de indicação das causalidades desse fenômeno de ataques hiper partidários dos republicanos e seus apoiadores. Por conseguinte, será exibido um subtópico que exemplifica as razões pelas quais os partidos democratas agem com uma agenda política mais voltada para grupos minorizados e, desta maneira, se fará uma ênfase de como as justificativas dos grupos de extrema direita possam estar sendo evocados por equívocos, como também, estarem sendo prejudiciais as tentativas de florescer as práticas de diálogos que incluam multiplicidade de pontos de referências.

Em postulações finais, se fará uma estruturação mais minuciosa de como o controle e a manipulação de informações está sendo operado na era da mídia digital nos Estados Unidos da América. Juntamente, se analisará outros fenômenos que tiveram conexão com as motivações de alguns grupos políticos, os quais se submeterem ao uso de websites com teorias da conspiração para formularem e expressar suas preferências políticas. Diante disso,

será descrita e avaliada toda a conjuntura e estrutura proporcionadores das possibilidades de fornecer aos norte-americanos ambientes com narrativas suspeitas de provocar o abismo do desentendimento político, ao nível de agressão verbal, física e simbólica.

À vista disso, esta pesquisa centra-se em prover mais alicerces explicativos e ilustrativos da centralidade que a mídia exerce nas relações internacionais, sendo assim, uma forma de reificar a importância relegada da mídia frente às abordagens convencionais dos teóricos pragmáticos na academia de Relações Internacionais. De acordo com Marinucci (2008), a mídia traduzida em: meios de comunicação e tecnologias de informação estão, na maioria das vezes, mencionados no campo de estudo das relações internacionais como fatores coadjuvantes do desenvolvimento teórico sobre os efeitos econômicos, políticos e culturais que afetam e transformam o mundo da política internacional (MARINUCCI, 2008, p.43-49).

Segundo Fontes et al (2017), a falta de visibilidade sobre como a mídia opera o seu trabalho de produzir registros em formatos de noticiários que imprimem ao cidadão a construção de um imaginário, o qual pode não ser justo com a realidade exposta, tem dito muito acerca dos temas que se proliferam exponencialmente na contemporaneidade. O exemplo mais simbólico é a atuação dos meios de comunicação, especificamente, os de massa enquanto prováveis agentes influenciadores perante o processo de significação do mundo pelo público. A mídia notada como um ator que intervém na opinião pública torna a interdisciplinaridade entre a Comunicação Social e as Relações Internacionais mais robusta para desdobrar esforços de trabalhar a compreensão do impacto da mídia no mundo político (FONTES *et al*, 2017, p.444-446).

Infortunadamente, a academia de Relações Internacionais anula a temática da mídia propriamente dita, ou seja, não a colocam como ator central ou com destaque enquanto interventor nas relações internacionais. Ou seja, não dispõem de um arcabouço teórico que lhe ofereça magnitude para ser encarada como um ator importante das interações internacionais entre diversos agentes. Todavia, existem menções que, por vezes, podem enquadrá-las no espectro, como Robert Cox, destacando a relevância das instituições e a sua propagação de ideias, exercendo forças sociais. Pondo, assim, visibilidade aos demais atores que compõem as relações internacionais como: sociedade civil, a mídia e entre outros (MARINUCCI, 2008, p.47) Recordando o ensaio de Onuf (2001) em detrimento da ilustração construtivista no campo de estudo das Relações Internacionais, podemos acrescentar que perante a compreensão da habilidade normativa dos discursos performativos, temos como apontar que as representações sociais narradas são tanto parcialmente capazes de informar

descritivamente algo, como são capazes de gerar construções sociais normativas a partir de representações parciais e altamente seletivas do que foi desejado visualizar e exibir (ONUF, 2001).

Ou seja, as pessoas comuns observam eventos, porém, não todos. E, podem ser enquadradas em limitações do que algumas relações sociais vós propõem dos variados mundos narrados (ONUF 2001). Neste sentido, a pretensão maior dessa pesquisa é trazer eventos sociais que tiveram fortemente a intervenção da mídia, enquanto um agente ativo e importante nas relações sociais, que gerenciaram cenários temerários à estabilidade do regime democrático nos Estados Unidos da América.

Portanto, mediante as considerações de Dewey (1954) acerca do público como resultante de um grupo de pessoas afetadas por um acontecimento e a interação que é gerada com outras pessoas devido suas habilidades comunicativas. O público desenvolve caracterizações diversas mediante a situação que o afeta, ou seja, sem uma existência apriorística, pois as mudanças sociais conforme são geradas as alterações das conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas recai sobre a formação do público (DEWEY, 1954, p.144-170).

Desta maneira, partindo de tal pressuposto, a pesquisa irá ter um fulcral na proposição de Dewey sobre a compreensão do público como tessitura para desenvolver o estudo de caso acerca das polarizações partidárias nos Estados Unidos perante o processo eleitoral de 2016<sup>3</sup>. Doravante, perpassando por descrição das conjunturas que podem deter capacidade analítica e explicativa, cujas postulações inferem o ponto de partida e a extensão dos fenômenos políticos, sociais e culturais vistos no atual cenário estadunidense, fará-se retomadas em recortes históricos que podem ser úteis no processo de investigação das razões pelas quais o controle de informações na era digital foram veementemente inextricáveis ao fornecimento de condutas extremistas em grupos políticos da seção conservadora.

---

<sup>3</sup> Em razão do recorte temporal, o respectivo trabalho não referenciou os Estados Unidos da América como uma “*flawed democracy*”, segundo o relatório da *The Economist Intelligence Unit*,. Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2020/01/22/global-democracy-has-another-bad-year>>. Tanto por não condizer com o período ao qual a pesquisa atenta-se analisar, como também, o uso do termo Democracia Avançada/Desenvolvida retrata-se perante o parâmetro de Robert Dahl.

## 2 DEMOCRACIA AVALIADA SEGUNDO OS PRECEITOS DE ROBERT DAHL

Em consonância com os escritos de Robert Dahl, as instituições políticas democráticas não alcançaram uma concepção de democracia ideal, desde as democracias mais antigas da década de 50<sup>4</sup> até as mais recentes que surgem na década de 80. Diante disso, Dahl realiza um trabalho avaliativo designado a analisar as condições necessárias e suficientes para maximizar a democracia no mundo real, o qual fará repercutir discussões para além das questões centrais de inclusividade e competitividade em relação ao modelo ideal de democracia (DAHL, 2004).

Concede-se o termo democracia para um sistema político que seja inteiramente ou em parte responsivo com as preferências de seus cidadãos, sem distinções políticas, Dahl (1997), parte do pressuposto que todos que compõem o sistema político contemporâneo, apresentado como democrático, deverão receber oportunidades plenas de formular suas preferências, expressá-las e tê-las consideradas na conduta do governo. Ao avaliar o grau democrático das instituições nos Estados contemporâneos, comparando-os entre si, bem como tendo referência uma concepção ideal da democracia, suas avaliações destes regimes mostram-se úteis para imaginar e promover instituições políticas apropriadas, as quais poderão atender a realidade social de cada país em específico.

Desta maneira, para que seja possível avaliar estes regimes, as oportunidades de participação e competição no sistema político dispostas aos cidadãos não são suficientes para analisar, per si, o quão democráticas as instituições destes países são. Portanto, Dahl (1997) parte de um pressuposto adicional de que as garantias proporcionadas pelas instituições devem ser avaliadas também. Por conseguinte, isto possibilitará uma forma mais contundente de ordenação de diferentes sistemas políticos, do mesmo modo que, as variações de responsividade dos Estados para assegurar essas garantias podem fornecer mecanismos mais robustos de averiguação dos requisitos para tornarem-se regimes quase, aproximadamente ou plenamente democráticos.

Um destes requisitos que as instituições devem ter, é garantir que as pessoas possam formular e exprimir preferências<sup>5</sup>, haja vista que, segundo Dahl (1992) tais garantias são

---

<sup>4</sup> Estes países são considerados por Dahl como “antigos” mediante suas características históricas de predominância enquanto economias produtoras de altos níveis de renda, sendo descritos como tais por seus índices exuberantes no que se refere à qualidade de vida e desenvolvimento humano (PIB, IDH e etc)

<sup>5</sup> De acordo com Druckman & Lupia (2000), a formação de preferências políticas está associada às informações que as pessoas recebem e processam, sendo de processos de verificar informações passadas de eventos recordados e avaliados, ou, atuais que são linkados com experiências passadas que lhe permitem tomar uma posição sobre algum determinado assunto. No entanto, tais processos podem ser afetados por alguns atores políticos que tenham um incentivo para fornecer informações estrategicamente com intuito de incentivar uma

capazes de evidenciar o cumprimento da regra democrática em que a igualdade política e a soberania popular estejam em consonância com os processos de votações e concretude das decisões governamentais. As preferências individuais de cada grupo dentro do regime democrático representativo podem ser consideradas, quando analisada sua participação em etapas que antecedem as eleições dos seus líderes políticos, bem como durante a eleição e posteriormente ao resultado dela.

Neste sentido, para Dahl (1992) formular e exprimir preferências traduz-se em cidadania informada, ou seja, os cidadãos de uma determinada região estarem condicionados a deter capacidades de eleger alguém que represente seus interesses, por intermédio de informações dispostas acerca de todas as alternativas que terá para eleger seu representante, os quais são responsáveis por agirem de forma que causem impactos em suas vidas, sendo elas no âmbito social ou econômico. Todavia, como rememora Dahl (2004), nem todos os grupos sociais possuem idêntica informação sobre as alternativas políticas que lhe são apresentadas, o controle da informação distribuído de forma desigual, condiciona uma estrutura onde alguns grupos políticos possuem vantagens de influencia consideravelmente maior em detrimento de outros, o que prejudica os compatriotas de uma determinada nação conseguirem analisar criticamente sua opção de representante, além de que:

Um grande e crescente corpo de evidências revela que em todos os países democráticos, incluindo as antigas democracias, muitos cidadãos têm uma compreensão deficiente das políticas que terão conseqüências diretas e importantes para seus interesses básicos (DAHL, 2004, p. 7)

A partir disso, Dahl afirma que um país democrático considerado “avançado” ainda estaria em situação de vulnerabilidade democrática em razão de que a igualdade política não foi um caráter ideal alcançado, sendo ele, um "axioma crucial" para sua existência. No entanto, tal desafio não se encontra em perigo somente porque a realidade não se condiz com o ideal pensado para a igualdade política, mas, devido à distribuição de recursos políticos importantes para as pessoas exercerem seus papéis sociais como parte do *demos* serem limitados (DAHL, 2012, p. 519-521).

Estontaneamente, a igualdade política é um meio e um fim crível para a democracia, é um pilar indelével para ocasionar a distribuição justa de liberdade, bem como, por consequência, de oportunizar chances equitativas de autodesenvolvimento das pessoas. Pensando na constituição democrática, erguem-se as deliberações coletivas como uma parte e

---

alteração da interpretação das informações fornecidas. Tal efeito demonstra uma das probabilidades de existir interferência na formulação de preferências políticas das pessoas. Mais informações em: Druckman e Lupia (2000).

justificativa do processo mais consciencioso, porém, tal processo é inerente às capacidades e oportunidades dos cidadãos em se inserir na agenda política, acompanhá-la e fazerem parte dela (DAHL, 2012, p. 513-514). Para isto, as desigualdades de capacidades e oportunidades entre os compatriotas devem ser abrandadas, a começar pelas mais gritantes e interventoras da fluidez dos processos democráticos, como: “as diferenças de posições, recursos e oportunidades econômicas; e as diferenças de conhecimento, informação e habilidades cognitivas” (DAHL, 2012, p. 515-516).

De acordo com Dahl (2014), a democracia sofre ameaças mediante as assimetrias de recursos econômicos entre os cidadãos, uma vez que, o trabalho encontra-se como eixo centralizador da vida social. São as relações sujeitas ao trabalho, ou melhor descrevendo, o caráter de poder, autoridade e controle que revela o quanto ele afeta incisivamente em outras questões da vida cotidiana como: o autodesenvolvimento, o *status*, o consumo, a liberdade pessoal dentre outros valores essenciais para as pessoas. Neste sentido, os recursos políticos são atrelados aos recursos econômicos, pois quem precisa consumir algo depende de sua renda e, notoriamente, sabe-se que caso sua distribuição não seja suficientemente igual aos demais, haverá uma marginalização das pessoas inaptas a consumirem algo, constituindo uma assimetria entre aquelas que são favorecidas e as que não são, em razão da forma como a distribuição de recursos e capacidades econômicas definem os cidadãos (DAHL, 2012, p. 519-531).

Em certa medida, a ordem econômica de um país democrático avançado entra em discórdia com certos eixos da concepção democrática, quando as disparidades sociais e econômicas se tornam conflitantes, como, por exemplo, o acesso à informação e ao conhecimento (DAHL, 2012, p. 519-543). Tais questões, começam a ser introduzidas por Dahl, uma vez que o crescimento da desigualdade solapava-se ao redor do mundo com a transformação do capitalismo industrial em corporativo, provocado, em parte, pela amplificação do individualismo liberal que germinou e desenvolveu uma sociedade de consumo, reduzida a garantir seus direitos ao consumo pela liberdade em detrimento da tolerância da distribuição desigual de recursos sociais e econômicos, os quais são lidos como: políticos (ABU-EL-HAJ, 2008, p. 175-178).

A mesma aplicação de autocrítica entre a democracia e o capitalismo, gera-se no cenário contemporâneo, com as análises acerca da “reprogramação do liberalismo”, traduzido em: neoliberalismo - descrito por ser uma esfera de políticas privatizadores dos serviços públicos que minimizam o Estado social em detrimento de uma exaltação da liberdade,

embora, ainda contida por um conceito raso da concepção econômica clássica<sup>6</sup> - o qual foi responsável para desestruturar os padrões de vida da classe média e trabalhadora do Norte global, a tratar-se da fragilização de proteção dos empregos e, definhamento da qualidade, oportunidade e acesso à educação, por exemplo (BROWN, 2019, p. 28-32). Além de favorecer uma crescente segmentação do consumo de mídia na contemporaneidade, como é o fato mais evidente do abismo existente da separação entre os cidadãos urbanos dos rurais . E, portanto, cria um prejuízo nítido a base da democracia: igualdade política, pois:

Somente a igualdade política assegura que a composição e o exercício do poder político sejam autorizados pelo todo e sejam de responsabilidade do todo. Quando a igualdade política está ausente, seja por exclusões ou privilégios políticos explícitos, pelas disparidades sociais ou econômicas extremas, pelo acesso desigual ou controlado ao conhecimento, ou pela manipulação do sistema eleitoral, o poder será inevitavelmente exercido por e para uma parte, em vez do todo. O *demos* deixa de governar (BROWN, 2019, p. 33)

Efeitos esses que erodiram com a crise financeira de 2008, devastando significativamente a renda das famílias norte-americanas da classe média e trabalhadoras, como também, a casa própria, a qual foi reflexo direto da catastrófica bolha imobiliária (BROWN, 2019, p. 12) Portanto, o colapso do capital financeiro junto à setorização da mídia e o avanço desenfreado da internet, deram abertura para uma ascensão da política antidemocrática (BROWN, 2019, p. 9-32).

Destá maneira, para Robert Dahl (2012) a projeção é que com o avanço e transformação da tecnologia, as telecomunicações podem ser usadas como ferramentas para permitirem que os cidadãos tenham como participar das discussões políticas, porém, podem, a depender da proporção, serem utilizados para arruinar os processos democráticos e seus valores, por exemplo, a formulação de preferências políticas pode ser alvo de manipulação por elites políticas que buscam favorecer seus interesses. Isto é pensando por Dahl, em razão de que embora as inovações tecnológicas possam servir como uma solução para as instituições se adaptarem ao cenário social complexo, facilitando os concidadãos de participarem de debates públicos de forma imediata pela grande mídia seja de uma viabilidade notória. Porém, não se faz suficiente para que haja aquisição da consciência cívica (DAHL, 2012, p. 541-543).

---

<sup>6</sup> Atribui-se às bases do pensamento keynesiano. Mais informações em: Brown (2019)

## 2.1 As implicações do processo de formulação de preferências: o desafio da consciência cívica

Em recapitulação das observações de Dahl, temos a igualdade política como um princípio irrefutável para se aplicar o direito de participação dos indivíduos numa democracia representativa. Porém, para o autor, a participação dos cidadãos no que tange a formular e expressar preferências entra em risco com o avanço das tecnologias de comunicação, devido, em grande parte, por efeito de que o acesso à informação não é um fator unitário de construção da consciência cívica das pessoas, ainda mais quando não se há certeza de que a informação disponibilizada para todos é a mais suntuosa. E, também lista os avanços do crescimento da desigualdade econômica e social que trazem implicações políticas como preocupantes para o *status quo* do sistema político dos países, encarados como democracias avançadas (DAHL, 2012, p. 513-543).

Neste aspecto, este tópico pretende usar outras literaturas que poderão desdobrar mais detalhes referentes às reflexões trazidas nos últimos escritos da abordagem dahlsiana. De acordo com Porto (2003), o dilema democrático que consiste na incongruência do processo de formação da opinião pública, quando os cidadãos não respondem à teoria democrática conforme o idealizado<sup>7</sup>, os quais necessitam desenvolver decisões racionais na formulação e expressão de suas preferências, tende a ser uma preocupação alarmante nos regimes democráticos contemporâneos (PORTO, 2003, p. 67-69).

Para o autor, esse dilema limita-se à esfera da informação por muitos autores, os quais colocam a obtenção de informação como requisito maior para se alcançar uma competência cidadã razoável; no entanto, pouco se fala de como os indivíduos processam as informações dispostas. Ao mesmo tempo, são excluídas as incorporações de habilidades em interpretar a realidade com agudeza e elaborar significados pelos cidadãos, uma vez que a informação se estrutura simbolicamente, sendo a própria, contribuidora da formação dos atos de interpretação (PORTO, 2003, p. 87-89). E, até mesmo, sendo o que transforma a esfera política, já que a mídia remodela o instrumento usual dos líderes políticos se comunicarem com a população, o que lhe dá uma centralidade, contudo, também lhe faz responsável pela forma como influenciam o comportamento político das pessoas (MIGUEL, 2000, p. 66-67).

---

<sup>7</sup> O dilema democrático ou paradoxo da política de massa surge de uma falta de cumprimento das expectativas da teoria democrática clássica, onde os cidadãos de um país devem ser bem informados sobre os assuntos políticos, como um requisito para poderem formular e expressar preferências políticas no sistema político representativo de democracia. O problema gira em torno de uma certa falta de comprometimento das pessoas com o processo de se manterem informadas acerca dos temas e eventos políticos que devem ser de seus interesses, uma vez que estes são definidores de suas decisões para escolha em processos eleitorais e de acompanhamentos de suas escolhas para lidarem com agendas que afetam sua vida (PORTO, 2003).

Desta maneira, Porto desenvolve o modelo cidadão interpretante como uma tentativa de avançar nas respostas ao dilema democrático, acrescentando às questões de cognição, estrutura política e enquadramentos da mídia (PORTO, 2003, p. 87-89). O qual engloba a concepção de que o processo de formação das preferências políticas está relacionado com as influências que o ambiente midiático e político exercem nas pessoas, desenvolvendo papéis de influência notórios na estruturação de alternativas informacionais, conquistando, por muitas vezes, os enquadramentos interpretativos que os cidadãos podem usar para elaborar suas preferências políticas - a depender da forma como são expostos os temas e eventos políticos por ambientes comunicacionais e políticos. Em vista disso, caso sejam reduzidos os leques de interpretações, numa disponibilidade de acesso à informações minimizadas, o risco da realidade política ser interpretada de forma esdrúxula ou sob manipulação são altos. Porém, quando há mais opções informacionais e interpretativas, mais segura fica a possibilidade do processo de interpretação não ser raso (PORTO, 2003, p. 89-93).

Logo, a partir do momento que é analisado o dilema democrático não somente como uma questão de ausência de informações creditáveis, ou, sua aquisição em pequena proporção para os cidadãos tomarem decisões coesas. Porém, também incluindo os enquadramentos interpretativos que as informações ajudam a construir, em certa medida, a forma como as pessoas interpretam a realidade política, tornando, assim, mais evidente como a pluralidade dos pontos de vista dentro dos debates públicos se fazem necessários. Desta maneira, é neste aspecto que a importância das oportunidades idênticas e justas para cada cidadão realizar seu próprio julgamento são recordados, enquanto um fator de igualdade participativa no que tange ao processo de construção da opinião pública (PORTO, 2003, p. 93-94).

Além do mais, cabe-se adicionar que os meios de comunicação, constituem uma relevância em referência a construção de comportamentos políticos das pessoas, principalmente, o televisivo, pois são contribuidores da estruturação das representações da realidade, ou seja, a veiculação de informação, por mais “objetiva” que seja, será veiculada por uma representação do mundo social. Conforme exemplifica Miguel (2000), o temor a casos de sensações de insegurança são gerados, por sua vez, não mediante o contato direto com a violência, porém, partindo da percepção de uma possível ameaça ou não, ou seja, da forma como a mensagem é veiculada (MIGUEL, 2000, p. 57).

Desta maneira, segundo a proposta de Porto (2003), oportunidades adequadas e simétricas para habilitar uma consciência cívica devem ser pautadas tanto em pluralidade de acesso à informação, como de marcos interpretativos, o que permite um “mapeamento” dos

conhecimentos sobre o mundo político. Entretanto, o autor sugere que para incluir os desprivilegiados economicamente no acesso ao leque de perspectivas da realidade política e informativas, eles deverão ser reconhecidos como suficiente em sua projeção mínima, ou seja, os atalhos para compensar os enfraquecidos níveis de obtenção de informações e interpretações da realidade, podem ser usados para compensar tais pessoas, sendo por uma quantidade baixa de marcos interpretativos e disposições informacionais, visto o tempo das pessoas para se disporem a realizar tal tarefa, como também, os seus limites cognitivos (PORTO, 2003, p. 93-100).

Todavia, tal sugestão cria algumas armadilhas para sua formulação primária, pois como não se pode ainda correr riscos de “deformação da consciência cívica” quando o processo de interpretação da realidade política possibilita ser suficiente apenas com uso de atalhos informativos e um pequeno leque de interpretações para estas pessoas? Como tais recursos em seu uso reduzido podem dispor de marcos interpretativos, os quais são possibilitadores de significar as informações colhidas? Ainda mais quando o próprio autor confirma que:

[...] o que faz alguém capaz de interpretar a realidade política é a disponibilidade de interpretações alternativas dos eventos e temas políticos nos ambientes político e comunicacional. Apenas quando expostos a enquadramentos interpretativos diferentes os cidadãos têm acesso aos atalhos que permitem a eles ou elas pensar sobre a situação política de forma mais complexa e original, mesmo quando não estão bem informados (PORTO, 2003, p. 93)

Infortunadamente, as considerações finais apresentadas no Modelo do Cidadão Interpretante não se fizeram satisfatórias para lidar com pontos mais delicados, apresentado pelo próprio autor ao descrever que a mídia se caracteriza como uma grande provedora dos enquadramentos interpretativos de como são abordados os assuntos da esfera pública, a qual, por sua vez, desempenha ações significativas nas operações cognitivas dos processos de entendimento dos temas e eventos políticos. Portanto, notado o papel de influência do que a mídia exerce, seus enquadramentos das interpretações políticas podem servir como mecanismo de manipulações aos grupos desprovidos de senso crítico, por grupos economicamente poderosos, já que os conteúdos exibidos nas mídias são vinculados com as formas pelas quais as pessoas interpretam os eventos político-sociais. À vista disso, quando as oportunidades de possuir uma variedade de interpretações da realidade política são restringidas, mais perigosas se tornam as chances de manipulação de uma elite política em

interferir no processo de assimilação e julgamento dos temas da agenda política dos cidadãos (PORTO, 2003, p. 87-93).

Além do mais, uma formulação rasa, sem notar os interesses corporativos, prejudica demasiadamente qualquer proposta de proteção ao direito dos civis de terem acesso às informações de modo amplo e com credibilidade. Ainda mais, quando o mercado dos meios de comunicação obtêm uma competitividade exígua, favorecendo para que os meios de veiculação tenham um viés fortemente favoráveis a grupos específicos que investem na estrutura da propriedade midiática, ou seja, os proprietários e anunciantes (MIGUEL, 2000, p. 56) Principalmente, quando se há o reconhecimento de que os meios de comunicação são relevantes na construção da opinião pública, pois fornecem às pessoas comuns um “canal” para se situar sobre a esfera política e agirem diante do que relatam sobre ela. Por outro lado, do mesmo modo, aos grupos políticos lhes interessam usar os meios de comunicação em benefício próprio para construir uma vontade coletiva que os legitime nas batalhas políticas, sendo neste ponto, o que prejudica o papel da mídia de favorecer sua máxima de gerar debates públicos (MIGUEL, 2000, p. 66).

Para os meios de comunicação de massa vislumbrados na nova galáxia comunicacional, marcados na era da televisão, não se pode inferir de modo contumaz de que a mídia seja neutra. Principalmente, quando se trata dos meios de comunicações audiovisuais, pois as práticas de indução dos comportamentos das pessoas são plausíveis, conforme destaca Castells (1999), os estímulos simbólicos de representação da realidade emergem da mídia, já que a Televisão brota na sociedade como um novo ambiente de interação, principalmente nos Estados Unidos, o qual fez eclodir esse meio tecnológico comunicacional capaz de emitir mensagens para milhares de receptores, demonstrando sua alta capacidade penetrativa (CASTELLS, 1999, p. 415-422).

Não bastando essa característica, o meio televisivo também representa a facilidade comunicacional, o que lhe configura como o tipo de atividade mais comum da vida cotidiana; pessoas consomem a mídia por ela se tornar um recurso, um produto básico, não sendo uma atividade exclusiva (MCLUHAN, 1994, p. 3-36) Este caráter faz com que o apelo ao associativo lírico seja mais presente do que o analítico<sup>8</sup>, posto que o processamento das mensagens não é estático, mas ininterrupto devido às altas projeções ilustrativas e narrativas que podem ser difundidas por um alcance significativamente grande. Neste aspecto, a mídia

---

<sup>8</sup> Para o autor, a colocação do analítico pode ser lido como: o esforço psicológico de analisar as informações coletadas (CASTELLS, 1999, p. 417)

audiovisual modifica a linguagem da comunicação social porque os estímulos simbólicos e o modo como são difundidos causam impacto no processamento das mensagens, as quais podem ser emitidas de forma subliminares ou explícitas e com pretensões diversificadas (CASTELLS, 1999, p. 415-422).

Ou seja, o meio é a mensagem. Segundo McLuhan (1994), o meio pelo qual a mensagem é difundida torna-se capaz de moldar e controlar tanto a forma como a densidade da ação humana, a partir do momento em que se encara a mídia como uma extensão do ser humano e suas relações. Sendo ainda, considerando também a matriz cultural, para se compreender de forma mais cirúrgica as consequências de toda amplificação desses processos. Neste aspecto, os efeitos que a mídia causa na sociedade não devem ser reduzidos a uma entonação diferenciada feita por um meio em um respectivo momento, porém, por se tornar um meio no qual seu vínculo com as interações sociais causaram uma dependência (MCLUHAN, 1994, p. 7-24).

## **2.2 A transformação da mídia: impactos da segmentação e individualização**

Com o cenário contemporâneo acrescido dos efeitos gerados do avanço das tecnologias de comunicação, no qual a construção do mundo midiático por informações digitalizadas e interconexões modais de mensagens produz uma comunicação modelada em linguagens sintéticas, as quais são capazes de permitir a projeção exponencial das identidades de figuras políticas no sentido insidioso ou harmonioso. E, promove a redução da comunicação nas redes sociais em associações de imagens que estimulam mais a impressão acerca do outro, anulando, por sua vez, o uso da internet e outras plataformas para o fomento de discussões cívicas. Por conseguinte, o processo de construção de opinião das pessoas torna-se mais caracterizado pela emoção, não havendo mais avaliações dos méritos e deméritos propostos no debate público (CASTELLS, 2018, p. 20-21).

A formação da opinião pública fica presa à fabricação de imagens, permitindo que tudo se reduza conforme as inserções de conteúdos em relação à imagem de uma pessoa, seja para criar repercussões benéficas ou destrutivas ao seu respeito (CASTELLS, 2018, p. 20-21). Estas novas tecnologias de comunicação desenham uma sociedade segmentada, jaz sua nova determinação de conquistar em massa audiências específicas, por valores, estilos de vidas e ideologias que dialoguem com um público focal, o que difere da geração primária que

era identificada como uma massa simultânea e contemplada com uma certa uniformidade (ITO, 1991, p. 33-58).

Nas breves palavras de Brown (2019), a segmentação do consumo de mídia foi tonificante ao endosso das campanhas de repúdio a quem fosse diversificado o suficiente para se encontrar na identidade fragilizada dos tempos de dominação da branquitude masculina. O abismo entre grupos sociais alarga-se mediante a privatização e suas diversas extensões, sufocando o acesso a uma educação interdisciplinar capaz de promover civis críticos (BROWN, 2019, p. 14) Resultantemente, o ambiente televisivo transforma-se em comercialização pura, visto a grande estrutura global que ela assume de difundir mensagens a cada cultura e grupo social reforçando a emblemática proposição do McLuhan “o meio é a mensagem”, posto que cada vez mais os programas de televisão alteram o meio da mensagem para produzir um vínculo realístico com os espectadores alvos, o que traduz-se em alteração da linguagem e dos próprios comportamentos (CASTELLS, 1999, p. 425-428).

Outrossim, ainda sob a mídia televisiva como mercadoria, formada e distribuída enquanto uma “economia da informação” (BRIGGS; BURKE, 2009, p. 233-259), deparamo-nos com efeitos que geram às implicações econômicas possíveis exclusões das pessoas que não possam obter ou ser incluídas no âmbito social da era informacional (CASTELLS, 1999, p. 39-59).

Logo, do mesmo modo que as condições de participação na esfera pública são fatores decisivos para as pessoas tomarem decisões coesas, competências adquiridas de forma desigual dificultam os indivíduos a desenvolverem suas habilidades e se posicionarem com coerência. Portanto, o poder político e econômico, lidos como capital simbólico, vulgo, posições de poder de ocupação, identidade do falante ou reconhecimento social do qual dispõe, atribuem com veemência, pesos assimétricos aos que buscam discorrer sobre algum tema político (MIGUEL, 2000, p. 62).

Neste cenário, os grupos com pouco rendimento de recursos econômicos ficam desprovidos de oportunidades para alcançar qualquer capacidade de formular e expressar preferências políticas com coerência. Ainda mais com o surgimento de uma inovação da comunicação midiática, onde a comunicação digital na era da informação, com tamanha intensidade, estruturou formas de ampliar o acúmulo e a adição de informações ao ponto de sua pretensão de criar redes para firmar uma comunicação simétrica no meio digital fosse dissipada, logo, banalizada. As pessoas transitam para não ser mais meras consumidoras passivas de informação, porém, tomando o controle da informação e exercendo papéis de

remetentes e produtoras ativas de informação, o que torna, em certa medida, áspera a distinção da mídia tradicional para a digital que é a comunicação apoiada por não remediar mais a comunicação. Ou seja, a sociedade atual adquire um duplo papel, tanto por consumir informação rapidamente, como por produzi-la; porém, a preocupação se debruça no imediatismo da era da informação e como ela tornou excludente as funções de mediação adequada (HAN, 2018, p. 15-20).

Além disso, outras implicações relevantes surgiram para que os indivíduos consigam formular e expressar suas preferências políticas. Han (2018) desnuda a relação da atual sociedade com os meios de comunicações digitais, afirmando veementemente a existência de uma ágora digital, um espaço subvertido para o descompromisso de informar a população. A transparência adotada pelos meios digitais caracterizada como um fato translúcido contribuiu para a comercialização de informação, bem como para criar uma banalização do político, tornando a sociedade atual mais refém do panóptico digital e desprovida das garantias institucionais da democracia (HAN, 2018, p. 109-129).

Segundo Han (2018), o princípio universal de representação se deteriorou pela crescente compulsão da sensação de presença produzida pela mídia digital, provendo uma noção de transparência total de tudo que se expõe na comunicação digital. Endossando uma sociedade da indignação com o proceder digital aditivo, onde o acúmulo e consumo de informações são estabelecidos como ilusórios mecanismos de transparência e confiabilidade, os quais, de fato, são raramente filtrados (HAN, 2018, p. 109-115). Os efeitos dessas inquietações, por sua vez, são transmitidos nos processos políticos fatigados devido ao uso extremo do escândalo como forma de política. Construindo na visão geral dos cidadãos uma descrença devastadora em relação às instituições democráticas, e delineando, assim, os efeitos da crise de legitimidade. Em meio à pavorosa política do escândalo, propiciada por um espaço enervante, no qual o uso emocional para escolhas tende a ser frequente (também com a autonomia comunicativa), os cidadãos são domados por ambiguidades informativas, nas quais ativam a ruptura da crença na instituição democrática e seus adereços. (CASTELLS, 2018, p. 20-22).

À vista disso, a era digital destaca-se por um contexto caracterizado por uma enxurrada de informações, as quais tanto sufocam o intuito clássico de comunicação, como fazem sua acelerada circulação refletir em alguns distúrbios psíquicos, exemplificando o caso da **Síndrome da Fadiga de Informação**, cunhada em 1996 pelo psicólogo David Lewis. Neste sentido, a sociedade contemporânea se entrega ao cansaço da informação, a informação

não é mais informativa nem comunicativa, é deformadora (HAN, 2018, p. 104-107). E, impressionantemente, registra que sem aptidões de cognição para interpretar as realidades políticas, nem um número dosado de informações dos temas e eventos políticos, a capacidade dos cidadãos em se situar nos debates políticos e tomar decisões por coerência são rudemente restringidos (PORTO, 2003, p. 87-93).

O que tende a ser mais preocupante é como os meios de comunicações digitais foram tomados por um grupo minoritário de empresários que controlam e fazem a vigilância da comunicação digital, tomando controle do acesso às informações privadas, as quais são abastecidas por informações voluntariamente de usuários dos meios digitais, fornecidos por confiarem no comprometimento ético das plataformas de manter a confidencialidade. Na sociedade de informação contemporânea, as liberdades individuais são violadas, ao mesmo tempo que informações pessoais são vendidas por empresas que dispõem uma espécie de banco de dados que podem comercializados, caso da agência de crédito alemão Schufa, que usa informações a respeito de credores para vender a seus clientes como forma de protegê-las de risco de créditos (HAN, 2018, p. 122-127).

Desta maneira, podemos inferir que a era da informação norteadada pela comunicação digital reforçou as fragilidades das condições para o exercício da cidadania informada, o que é sugerido por Dahl (2004) como um dos requisitos basilares para os processos de eleições e acompanhamento das ações políticas diante de uma democracia representativa. Reforçando tal incumbência das bases democráticas, segundo Nichols (2017), a contar dos cidadãos estarem dispostos a abdicar do controle de assuntos políticos que afetam suas vidas, a perda de acompanhamento das decisões tomadas pelos seus representantes eleitos torna-se alta, na iminência do aparato democrático correr risco de sequestro por demagogos ignorantes (NICHOLS, 2017, p. 20).

Diante do que foi exposto, os cenários políticos de algumas democracias se tornaram caóticos diante dos efeitos preocupantes que as mídias digitais trazem, acometendo riscos dimensionais para a constituição de uma consciência cívica em um sistema político democrático. Além de que, em conformidade com Kakutani (2018), é diante do cansaço e do medo que as pessoas se tornam suscetíveis às manipulações de líderes autoritários que as impossibilitam inconscientemente de interpretar a realidade política, erodindo chances formidáveis dos avanços tecnológicos serem um aparato contributivo para evolução dos processos democráticos (KAKUTANI, 2018, p. 9-21).

A comunicação digital inserida no ambiente midiático, como apresentam Han (2018) e Castells (2018), proporcionou desafios proporcionalmente focados em áreas contíguas ao dilema democrático focado na consciência cívica, pois acrescenta oportunidades das pessoas receberem um aglomerado de informações acerca de temas e eventos políticos, contudo, sem enquadramentos interpretativos nitidamente focados para que auxiliem na tomada de decisões coesas, o que é reforçado veementemente por Porto (2003). Além de que, o consumo em massa de informações com enquadramentos enfatizantes de narrativas com conotações polêmicas potencializaram a descrença nas instituições democráticas, bem como convocaram um grande número de pessoas a evitar engajamentos políticos com entornos para a participação política, enquanto forma de avançar os processos políticos. O temor se concretiza, pois, conforme descreve Dahl, “a tecnologia em transformação necessariamente será utilizada de algum modo, para o bem ou para o mal. Ela pode ser utilizada para prejudicar os valores e o processo democráticos ou para promovê-los” (DAHL, 2012, p. 542).

### **2.3 O gabinete dos *outsiders* políticos do século XXI: respostas à crise neoliberal**

Conforme as transformações sociais, econômicas e políticas apresentadas no tópico anterior, encontramos um novo cenário com diversos desafios à estabilidade dos regimes democráticos, até mesmo em democracias avançadas, como é o caso dos Estados Unidos. Neste tópico, estarão dispostos os fatores da nova conjuntura contemporânea que contribuíram para o fanatismo político de *outsiders* ameaçarem alguns arranjos democráticos, ainda mais, no país reconhecido como referência de modelo da democracia.

Ao iniciar pela transição do capitalismo industrial em dois séculos para o modelo corporativo no século XXI, encontramos uma abrupta alteração social, onde as pessoas são caracterizadas como sujeitos do desempenho e produção graças ao marketing capitalista de competitividade social associado à comercialização das fontes máximas de poder hábil. Em “A Sociedade do Cansaço”, Han (2018) apresenta um direcionamento mais claro acerca de como a dialética da liberdade transformou-se em um aparato de coação, visto que sua função de coagir o desempenho atribuída pelo sistema de mercado competitivo entre os corpos e mentes humanas causa um colapso psíquico em que a procura por superar a si próprio tornou-se um inconsciente social (HAN, 2018, p. 23-31).

O sistema capitalista não se preocupa mais em apenas maximizar a produção, mas teve de fazer uma mudança de paradigma da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho, para isto, reformulou as colocações de dever e obediência instituídos pelo poder

negativo, transfigurando-se em capacitador do desejo de produtividade e de naturalizador da autoexploração concebida para os indivíduos (HAN, 2018, p. 79-109). Uma vez que o propósito capitalista, constituído com a reprogramação do liberalismo, designa-se para além de promover o fortalecimento do capital, cria-se uma racionalidade com princípios que orientam o homo *oeconomicus* do liberalismo clássico, sujeitando-os à competição e aprimoramento do capital humano, conseqüentemente, empreendedorizando o sujeito (BROWN, 2019, p. 30-31).

Conforme visto no primeiro tópico, o neoliberalismo, enquanto uma esfera de políticas privatizadoras dos serviços públicos que minimizam o Estado social em detrimento de uma exaltação da liberdade, reposiciona o Estado ao converter o trabalho em capital humano. Uma vez que o Estado é subordinado a uma "governamentalização" do mercado, com princípios de mercados - os quais mostram que o mercado nunca foi autossuficiente - para ser um mecanismo de reinicialização do capitalismo, o qual se edifica com o desmantelamento da social-democracia, pois a razão neoliberal designa um foco de viabilização e amparo do mercado, já que os indivíduos são independentes e competidores do seu desempenho, enquanto forma de resgate dos recursos sociais (BROWN, 2019, p. 33-107). O capital se submeteu a tudo; até a própria vida humana foi reduzida ao valor de cliente e/ou mercado:

O hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais. Já não existe nenhum âmbito da vida que consiga se eximir da degradação provocada pelo comércio [...] Ele arranca a dignidade do ser humano, substituindo-a completamente pelo valor de mercado. (HAN, 2018, p. 127)

De acordo com Brown (2019), esse ataque ao Estado social nasce a partir projeto que causa a sua depreciação em nome dos indivíduos livres e responsabilizáveis, os quais foram construídos por uma cultura antidemocrática desde baixo, contudo, apresentada por uma máscara do privatismo liberal nas ordens capitalistas aos Estados democráticos ocidentais. O reflexo disso foi mais claro com ascensão de Trump e as distribuições de chefias – das instituições norteadas para o gerenciamento do bem-estar social em agendas da educação, meio ambiente, saúde e entre outras – para pessoas inexperientes de questões focadas em políticas públicas, mas espessamente configurados pelo *modus operandi* da empreendedorização. O exemplo mais claro indicado por Kushner<sup>9</sup> e outros ultraricos que maquinam seu governo plutocrático ao acreditarem que o país deve ser administrado com

---

<sup>9</sup> É um investidor e promotor imobiliário, proprietário de jornais e conselheiro do ex-Presidente Donald Trump. E casado com a filha de Trump, Ivanka Trump.

base na busca por sucesso e eficiência para os seus clientes, que no sentido oposto, são os cidadãos, capazes de “tornarem-se seus objetos de lucro desprotegidos, exploráveis e manipuláveis” (BROWN, 2019, p. 40).

Surpreendentemente, a globalização da economia que solapou as economias nacionais com a internacionalização dos problemas, antes limitados a serem problemas do Estado-nação, como são os casos das crises financeiras (CASTELLS, 2018, p. 14). É a mesma acusada por quem teve proveito das políticas neoliberais, que potencializaram as desigualdades econômicas e sociais com suas crises, como foi proporcionada em 2008 com a bolha imobiliária. As perdas de empregos causadas foram facilmente manipuladas e colocadas como alvo de culpabilização dos migrantes e minorias beneficiárias de cotas. O Norte global foi devastado com as políticas neoliberais, mas também alimentou os ressentidos com o desprezo dos cidadãos modernos e multiculturais que se distanciaram exponencialmente deles, enquanto empobrecidos e frustrados. Passaram a encarar, prontamente, as agendas cosmopolitas de inclusão a todos, menos aos que perdiam o seu privilégio histórico de branquitude com os efeitos da internacionalização econômica (BROWN, 2019, p. 09-11).

[...] as agendas políticas liberais, as agendas econômicas neoliberais e as agendas cosmopolitas geraram uma crescente experiência de abandono, traição e finalmente raiva por parte dos novos despossuídos, das populações da classe trabalhadora e da classe média brancas do Primeiro Mundo e do Segundo. Embora seus pares de pele escura tenham sido prejudicados tanto quanto ou mais pelas dizimações neoliberais dos empregos protegidos por sindicatos e dos bens públicos, pelo declínio das oportunidades e do acesso e qualidade da educação, uma coisa que negros e latinos não sofreram foi a perda da supremacia na América e no Ocidente (BROWN, 2019, p. 11)

A polarização social ergue-se diante dos efeitos do capitalismo financeiro global, o qual promove a separação dos grupos cosmopolitas das classes dos trabalhadores locais desvalorizados, pois são eximidos do avanço tecnológico, deslocalizados da nova indústria e desprotegidos pela inexistência de uma regularização do trabalho (CASTELLS, 2018, p. 14). Não obstante, as rebeliões antidemocráticas são construídas, majoritariamente, para aqueles que estavam na classe trabalhadora e pobre, porém, com seus privilégios feridos de branquitude, cristandade e masculinidade. Aliás, este grupo vulnerável aos discursos inflamáveis de afirmação do abandono por suas situações econômicas e ressentidos por sua condição racial, são estabelecidos no cenário de segmentação do consumo de mídia. A demonização da igualdade no regime democrático, haja vista as assimetrias de acesso à

informação e a uma vida cívica ativa e livre foram reforçadas e alargadas para um abismo entre o grupo de cidadãos suburbanos frustrados e os instruídos (BROWN, 2019, p. 197-228).

É advindo dessa lógica irrestrita do mercado que a desigualdade se acentua também, mais nitidamente nos recursos econômicos por se fracionar os que são úteis às redes globais conforme sua capacidade de produção. O distanciamento do Estado com a nação vai simbolizando para muitos cidadãos uma crise de representação de seus interesses, criando suspeitas e descrença dos processos democráticos (CASTELLS, 2018, p. 14-17). Evidentemente, toda essa configuração é um ambiente fértil para aparição e desenvolvimento de *outsiders* populistas, uma vez que os demagogos podem existir em qualquer democracia, contudo, sua aparição e sensibilização pública podem ser radicalmente aceitos pela massa em contextos de fragilização econômica e social (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 23-41). Diante disso, analisando a atual realidade estadunidense, Brown (2019) consegue visualizar uma série de elementos que destacam o ressurgimento do fanático na democracia, embora teatralizado com novos desenhos, suas raízes focam no desmonte total do que há de mais seguro para os indivíduos da democracia, o Estado regulador e garantidor da igualdade, e por isto:

Com a democracia assim rebaixada e diminuída, o exercício do poder político, embora não desapareça, é cada vez mais privado da modulação provida por meio da deliberação esclarecida, do pacto, da prestação de contas e da legitimação pela vontade do povo. A realpolitik reina, com o resultado de que as manobras cruas, as negociatas, as estratégias de branding, as manipulações [spinning] e a indiferença com os fatos, argumentos e a verdade, tudo isso desacredita ainda mais o político e desorienta ainda mais a população quanto ao significado ou ao valor de democracia (BROWN, 2019, p. 106)

Desta maneira, o avanço dos fenômenos antidemocráticos eclodidos por conta do político se subordinando aos mecanismos econômicos, fortuitamente, resplandece também na perspectiva dahlsiana que buscou escrutinar o avanço da desigualdade social. Em virtude de a igualdade política tornar-se exígua perante o consumismo nas poliarquias, já que a justiça distributiva não é prioridade, quando se há esforços mais promissores em amparar regimes garantidores da afluência econômica. Uma vez que a lógica prevalecente é a de garantir os direitos ao consumo, e não de buscar distribuição igualitária de recursos políticos. Os cidadãos privilegiados olvidaram que os direitos políticos e econômicos são dependentes, a existência dos primeiros não é equivalente sem o segundo, pois a consciência cívica que os cidadãos exercem depende de ambas para estarem como iguais nas deliberações públicas e exercerem seus papéis político-sociais (ABU-EL-HAJ, 2008, p. 176-178).

### **3 A POLÍTICA DO RESENTIMENTO DEFINE OS ELEITORES DE TRUMP?**

A pretensão deste tópico é complementar as descrições feitas no tópico anterior, já que buscamos avaliar um caso complexo de controle de informações por grupos políticos nos Estados Unidos. Para compreender a sociedade estadunidense, teremos, então, que evitar estigmas que possam atrapalhar a compreensão dos efeitos da era digital nos processos e valores democráticos do país:

Conforme destacam Eatwell & Goodwin (2018), a crise financeira eclodida globalmente não foi a causa primária para firmar o núcleo do eleitorado de Trump, pois já havia percepções existentes antes da sua ascensão em questões de mudança cultural, no que tange à gênero e raça, temas que estimulavam grupos específicos a concordarem com posturas ríspidas do Trump. Desta maneira, a turbulência econômica após a crise de 2008 não explica por si só o apoio prolífico que sua campanha obteve, nem mesmo dá conta de ler os tipos de eleitores que se convenceram com suas propostas abruptas. Ou seja, não há como englobar somente os operários brancos e homens como os desfavorecidos economicamente que urgiam por medidas que confortasse seu ressentimento frente às ocupações de espaços do seu domínio por mulheres, LGBT, imigrantes e negros (EATWELL; GOODWIN, 2018, p. 22-25)

À vista disso, o que se obteve no cenário norte-americano foi uma coalização entre grupos distintos da sociedade, que se uniam em valores e preocupações comuns. O risco de retratar seus apoiadores em um bloco homogêneo dificulta tanto a leitura de sua conquista eleitoral, como suas ações de manipulações prolíferas. Seu propósito era ressoar mensagens específicas, sendo mais inclinadas aos que compreendiam metade do seu eleitorado, possuidores de bons rendimentos financeiros, contudo, com características de um conservadorismo ferrenho (EATWELL; GOODWIN, 2018, p. 22-25)

Segundo a pesquisadora Ekins (2017), as motivações e prioridades mais fortes eram de grupos listados como conservadores firmes e apoiadores do mercado livre, onde os primeiros simbolizavam 31% dos apoiadores republicanos de Trump. Identificados por sua fidelidade ao tradicionalismo moral, traduzido em: classe média alta, situados na concepção de que a religião cristã compõe a verdadeira identidade dos estadunidenses, posicionados com rispidez em questões contrárias aos valores culturais de outrem como casamento entre pessoas do mesmo sexo. E, também, demonstram interesse ácido com a presença de mulçumanos, bem como encaram a existência de uma discriminação contra brancos (EKINS, 2017, p. 5).

Não é por acaso que este tipo de eleitorado consente com as propostas neoliberais de desmonte da provisão pública, já que o desmonte da democracia liberal dá condições de (re)cristianizar a esfera pública, contestando os princípios basilares da democracia como igualdade e pluralismo, se afirmando em denúncias aos excedimentos do Estado que colocam em risco sua liberdade religiosa e de expressão, enquanto cristãos. Baseado num forte investimento gerado pela *Alliance Defending Freedom (ADF)*<sup>10</sup>, a deslegitimação da democratização dos poderes sociais é promovida com retóricas legais e populares de opressão que os cidadãos cristãos enfrentam com as agendas de direitos reprodutivos, como o aborto legal e as pautas LGBT que ameaçam seus direitos de liberdade individual de exercer sua fé publicamente<sup>11</sup> (BROWN, 2019, p. 132-141).

Tal instituição dispõe de programas de bolsas jurídicas para advogados que se comprometam em declarar compromisso aos princípios da ADF de repelir o casamento homoafetivo e os direitos relacionados ao aborto. A partir de formulações legais para converter o direito privado em uma liberdade pública, tornando-se um poder predatório que rechaça os direitos fundamentais da Primeira Emenda. O foco é notório: firmar uma jurisprudência com fortes vínculos aos princípios cristãos tão fanatizados por conservadores da administração Trump, como é o caso do seu vice-Presidente Pence e a Ministra da Educação Betsy DeVos, que fazem parte e colaboram financeiramente com a instituição que prolifera a nomeada “esfera pessoal protegida” em detrimento de poderes desigualitários de gênero, raça, sexualidade e classe (BROWN, 2019, p. 138-147).

Sendo assim, esse grupo apresenta um risco iminente para rechaçar os objetivos de garantir direitos políticos àqueles(as) que são situados em condições desfavoráveis com a concentração de poder por uma plutocracia branca, logo:

Ao invés de reproduzir a civilização, de assegurar laços sociais e de governar a conduta de modo orgânico, os valores tradicionais tornam-se gritos de guerra contra elites laicas, igualitários, seculares e mulçumanos [...] desenraizados da tradição, os valores tradicionais são esvaziados de sua função integradora. Politizados como “liberdades” [...] armados como prerrogativas individuais e corporativas contra as leis de igualdade e antidiscriminação, eles se tornam um meio para atacar e sabotar os laços e a integração social, ao invés de fomentá-los (BROWN, 2019, p. 145)

---

<sup>10</sup> Uma instituição de caridade dos Estados Unidos com ênfase internacional na legislação de liberdade religiosa. Mais informações no site: <https://www.adflegal.org/about-us#close>

<sup>11</sup> O capítulo 4 do seu livro “Nas Ruínas do Neoliberalismo” traz dois casos levados à Suprema Corte que acabaram criando confrontos turbulentos com a liberdade individual de pessoas que iam contra os princípios da fé cristã. Estes casos mostram o quão debilitada está a jurisprudência da Primeira Emenda, usada por muito como moldura interpretativa na proteção da expressão de minorias desamparadas, ateus, dissidentes políticos, da imprensa e entre outros que convergem ao poder concentrado antidemocrático.

Enfaticamente, nota-se que a sublinhada luta de classes se encontra numa densa modificação para questões atreladas à defesa de questões culturais ao invés de racionalização para anular a lógica de mercado parasitária. No aspecto do cenário pós-industrial da sociedade informacional, decifra-se que haja o desenvolvimento de uma crise de identidade, e, por partes, de compreensão sobre as afirmações de identidades não significarem barreiras de diálogos e associações com outras identidades, posto que as relações sociais se definem face a face. Apesar do atual cenário favorecer o aumento da integração humana em redes, por outro lado, também cria possibilidades de ser subvertida a obscuridade de identidades que dificulta a fluidez dos laços orgânicos sociais citados acima (CASTELLS, 1999, p. 39-59).

O **nacionalismo cristão** foi um dos focos da campanha eleitoral de Donald Trump, pois sabiamente lhe foi contemplada a percepção que parte dessa população estaria disposta a firmar um contrato com qualquer político, mesmo aqueles envolvidos em escândalos que colocassem em risco sua imagem cristã. Não importa o quão desprezível fossem os comentários do futuro comandante em chefe, nem os precedentes de casos de assédios envolvendo seu nome e de outros políticos republicanos, desde que promovessem os ideais e valores cristãos que não condizem com aquele que o propaga. Ou seja, quando fragilizados o peso da moral tradicional, a promoção da própria agenda moral de forma intolerante surge como uma alternativa mais que desejado para extinguir as elites culturais que firmam a extinção do privilégio e monopólio do poder da branquitude de assediar e cometer injúrias a sua própria tradição moral, ela é a única alternativa: TINA<sup>12</sup> (BROWN, 2019, p. 109-117).

Outro grupo fortemente visado na estratégia de Trump foram os **Preservacionistas**, ilustrados como 20% do seu eleitorado, representando aqueles com baixos rendimentos e com quase nulo acesso à educação formal, porém, sendo os maiores consumidores de conteúdos televisivos e pouco informados politicamente, afirmando consumirem mais Fox News do que outros canais de transmissão de notícias. Estes, também, acreditam que haja uma discriminação anti-brancos, sendo claramente abertos a declararem que a identidade americana não deve ser representada de forma plural, nem mesmo por quem seja fora do padrão cristão (EKINS, 2017, p. 6-15).

Além do retrato previsível de homens brancos de variadas faixas etárias com posicionamentos favoráveis às posturas intolerantes de Donald Trump, agindo por fortes choques culturais com as modificações sociais dos nomeados seculares, há um representativo

---

<sup>12</sup> É o acrônimo do inglês para “*There is no alternative*”, um slogan político frequentemente visto nos períodos da administração Thatcher, enquanto Primeira-Ministra do Reino Unido. De acordo com Brown, Tatcher e Reagan foram os maiores entusiastas da racionalidade neoliberal (BROWN, 2019, p. 74-82)

número de mulheres que se engajam e assumem concordância com aquele que mais as depreciaram. Sendo assim, essas mulheres brancas tendem a representar cerca de metade das que legitimam as atitudes e discursos machistas, xenofóbicos e ofensivos com as demais minorias (EATWELL; GOODWIN, 2018, p. 30).

Nisto incorre-se de rememorar que não foram somente os homens brancos representantes da mentalidade conservadora, até mesmo em seus períodos mais tenebrosos de pronunciamentos vulgares e ações hostis. O apoio à McCarthy em sua eloquente missão de extermínio dos comunistas foi bravamente consumido por “mulheres donas de casa”. Estas mulheres, na década de 50, representavam cerca de 41% dos eleitores cativantes do Partido Republicano, a política americana no período do macarthismo foi comprada por mulheres brancas, fortemente amarradas no engajamento de livrar suas casas da moral do mundo comunista, o maior tormento de suas carreiras nos Gabinetes de Cozinha (LEPORE, 2020, p. 604-613).

Neste aspecto, cabe ressaltar que, para além dos problemas de desigualdade econômica agravadas com os efeitos da austeridade após a crise de 2008, o impacto de favorecimento às propostas de Trump são intensificadas por questões de choques culturais também. Sem depender da faixa etária, estes americanos supracitados demonstram forte visão de ressentimento aos demais que não se incluem no seu padrão moralista cristão, sexual e racial. Portanto, são motivados a buscar qualquer forma de minar as pautas de justiça social, daqueles que são favorecidos com acesso a recursos de empoderamento por se situarem em condições desiguais de poder devido sua raça, gênero, sexualidade, etnicidade e cultura (EATWELL; GOODWIN, 2018, p. 22-26).

Deve-se, também, encarar que grandes modificações sociais nos Estados Unidos não se deram por unanimidade, nem com o consenso de todos os grupos identitários do país para outorgar o reconhecimento de importância que a pluralidade política proporciona à democracia. A sociedade como um todo não esteve frequentemente disposta a firmar compromissos de mudanças. Como recorda a historiadora Jill Lepore (2020), a questão da segregação racial nas escolas se ampliou mediante a repercussão que a imagem do país recebeu no exterior dos jornais e demais países, tendo em vista o cenário de Guerra Fria mostrou o quão ilegível era um país defensor do “mundo livre” ser conivente com ações de discriminação racial em seu próprio território. Somente tornando-se uma questão de segurança nacional, frente às disputas por influência com a URSS que a nação modelo da

democracia buscou apresentar interesse para com os direitos políticos de uma minoria (LEPORE, 2020, p. 635-638).

### **3.1 Demagogia e Manipulação: como um empresário favorecido por políticas neoliberais conquistou o apoio popular dos afetados por elas?**

Este subtópico focará em dar realce às questões já mostradas sobre o funcionamento da racionalidade neoliberal, contudo, dando ênfase nas práticas de manipulação e demagogia.

Conforme afirma Wendy Brown (2019), a igualdade política é o foco primordial da estratégia neoliberal para dismantelar a democracia, uma vez que, reduzida a importância de ações afirmativas, agendas voltadas para direitos civis de reparar as estratificações e exclusões das minorias abrem espaço para nomear medidas de justiça social de ações tirânicas (BROWN, 2019, p. 38-39). A partir da privatização do Estado social, o neoliberalismo pretende firmar uma justificativa banal das reivindicações de liberdade individual em detrimento das proteções sociais daqueles que se situam em contextos que diminuem sua civilidade (BROWN, 2019, p. 53-56).

Enquanto a esquerda luta para articular os vários poderes que geram sujeitos sociais construídos e posicionados de modos diferentes, a direita esmaga essa luta com um discurso que reduz a liberdade à censura e à coerção. À medida que a esquerda busca tornar visíveis as complexas histórias e forças sociais que reproduzem a superordenação e a hegemonia masculina branca, a direita zomba da engenharia social (BROWN, 2019, p. 55).

Prolificamente, estas alegações foram consideravelmente consumidas e digeridas por quem não sabia o que era estar em condição de desprivilegio frente ao colonialismo, à escravidão e ao patriarcado. A racionalidade neoliberal foi astuta o bastante para fenecer os poderes sociais, e fornecer um niilismo arrebatador para construir uma imagem totalitária de quem se atrevesse a falar de políticas igualitárias. Com a edificação da igualdade formal, sem dar destaques às condições e situações restritas que os outros têm para exercê-la, cria-se a liberdade como instrumento de poder à licença pessoal (BROWN, 2019, p. 56-58).

Neste sentido, percebe-se que os direitos formais não bastam para promover e assegurar direitos igualitários de classe, gênero, sexualidade e raça. Serviram mais como força legal e argumentativa de que as reivindicações de inexistência de poderes políticos para se verem como iguais em relação aos seus antigos opressores, pois viam-se como lamúrias infundadas, ou, conforme Thatcher apresentava: uma política da inveja (BROWN, 2019, p. 48-66). Desta maneira, uma imagem bem específica foi desenhada para representar quem

fosse se sujeitar a minar a negligência social cravada na sociedade por legados infames de opressão: ataques dos “guerreiros da justiça social” (BROWN, 2019, p. 51-52).

Desta maneira, conforme descrevem Levitsky e Ziblatt (2018), o sistema político norte-americano não é visto mais por uma polarização partidária de competição harmoniosa entre conservadores e liberais, os eleitores dos partidos estão veementemente separados por raça, gênero, religião e “modo de vida”. As discordâncias políticas passam a ser associadas à imagem do político e não às suas propostas, ou seja, por uma identificação e não por questão de filiação partidária, o que torna o caminho para animosidade política mais próximo do que o imaginado. Uma vez que, entre 70% dos democratas e mais de 60% dos republicanos declaram estar com medo de como o outro partido pode tomar suas ações políticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 161-162).

A separação tanto de eleitores como de representantes políticos em campos homogêneos evidencia cada vez mais a razão pela qual as diferenças ideológicas estão marcando a polarização do povo americano. A princípio, alguns fatores emergem da emancipação negra com o triunfo do movimento pelos direitos civis, porém, deste movimento desdobram-se outras emancipações étnicas, onde as bases culturais, étnicas e sociais dos partidos remodelaram os valores e abordagens políticas que os partidos iriam adotar. E, também, grupos específicos de pessoas transmutaram-se de um partido para outro, como é o caso dos republicanos, tornando-se o representante da direita cristã, o qual destaca cerca de 80% do eleitorado evangélico demonstrando interesse em 2016 pelo partido (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 164-165).

Segundo Bishop (2009), por volta da década de 80 as pessoas produziram um senso de comunidade separados dos vínculos entre locais de trabalho e na falta de confiança das instituições tradicionais, foram adaptando-se conforme as ideias similares que conquistaram nas relações interpessoais dentro de igrejas, clubes e demais locais que frequentavam. A partir do advento da internet e das redes sociais, a dinâmica de bolhas de interesses foi aguçada ao ponto de que, atualmente, tudo se tornou divisível, e os partidos políticos são mais um reflexo do estilo de vida que seus eleitores se identificam. Contudo, conforme ressalta o autor, tais divisões emergiram dos desdobramentos dos movimentos por direitos civis da década de 50 a 70 (BISHOP, 2009. p. 130-232).

A antipatia partidária decreta-se muito mais por questões ligadas às visões e valores culturais de alguns grupos em relação a outros, do que por questões de política tradicionais, tipo impostos ou gastos do governo, permitindo uma maior abertura para ações expostas a

intolerância e hostilidade (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 165). As classificações de preferências políticas atreladas ao espectro da identificação ressoam mais do que percebido, segundo a pesquisa do *Pew Research Center*, a crítica mais proeminente dos democratas aos republicanos é dada por haver uma noção dos republicanos terem “a mente mais fechada”. Por outro lado, quase metade dos eleitores republicanos encaram os democratas como imorais e preguiçosos (DOHERTY; KILEY; JAMESON, 2016, p. 07-08).

Para além da aversão explícita acerca da identidade de quem forma os partidos rivais, verifica-se que grande parte dos considerados “independentes” tendem a se inclinar por um partido em específico em razão das concepções negativas que possuem do outro, e não em razão de concordar com as propostas políticas do partido escolhido. Conforme os dados da pesquisa apresentada acima, dos 55% que são classificados como independentes e tendem a escolher o partido republicano, apenas 30% demonstram compreender os efeitos das propostas políticas da sua escolha partidária (DOHERTY; KILEY; JAMESON, 2016, p. 10-11).

Diante disso, encontramos os efeitos que a transformação da mídia ressoou na sociedade norte-americana, visto que toda a esfera pública foi consumida por uma lógica de mercado nos moldes neoliberais, que evacua a empatia cívica que deveria ser o alicerce da conquista plena de igualdade política entre todos os concidadãos. Nisto, vale-se focar no que Wendy Brown denomina de os deslocamentos tectônicos, que configuram a organização da consciência que avigora as reações políticas e cria o teatro onde são performados as incitações de rancor, seja, por exemplo, contra entrada de imigrantes não-ocidentais ou por quem favorece políticas para sua inserção no Estado-nação, desfigurado devido a globalização, própria imagem do deslocamento espacial referido (BROWN, 2019, p. 222-228). Sendo assim:

[...] a ascensão do digital gera uma sociabilidade nova, radicalmente desterritorializada e desdemocratizada. Essa sociabilidade não contém protocolos claros quanto à partilha do poder, à emancipação ou ao comprometimento com a negociação de visões e necessidades diversas, a inclusão ou a pluralidade. Apesar de seus méritos, as “sociedades” digitalizadas são desconectadas do desafio de partilharmos o poder igualmente para governarmos a nós mesmos. Eles podem possuir outros potenciais democratizadores, mas sozinhas não substituem as práticas democráticas e de igualdade política que elas exigem (BROWN, 2019, p. 224).

É uma sociabilidade ilusória emergida com o espaço digital, sem fornecer potentes ferramentas de fortalecimento dos laços sociais, já que, ao contrário, permite que resquícios

afetivos sejam usados para agrupar pessoas ressentidas e deslocadas com o declínio das tradições que reproduziram legados de privilégios raciais e de gênero. Portanto, a intensa formação dos ressentidos pelo destronamento de seus privilégios, sem reconhecer os reflexos das políticas neoliberais, foca-se tão somente na vingança sem futuridade, um ataque exacerbado sem consentimentos a críticas que o façam repensar seus impulsos (BROWN, 2019, p. 217-218).

Condizente às ilustrações de dados trazidas por Levitsky & Ziblatt, a mídia apresenta-se como um fator de participação da constituição do populismo nacional atual, visto que, por volta de 2010 quase 70% dos considerados eleitores republicanos comprovaram ser espectadores dos canais de mídia declarados partidários, caso da Fox News. Os quais correspondem ao prolífero camarim dos legitimadores de discursos incivis, como Rush Limbaugh<sup>13</sup>, Laura Ingraham<sup>14</sup> e outros. Porém, não foram somente artilhados a firmarem contratos de ataques deselegantes aos democratas, a mídia de direita conservadora também linchava quem se atrevesse a buscar seguir o caminho da regra não escrita de tolerância mútua, sendo imediatamente coagidos a seguirem com agendas obstucionistas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 166).

O comportamento de Trump frente aos críticos da mídia mostrava o seu caráter autoritário, quando, por exemplo, tuitou ameaças a Jeff Bezos, fundador da *Amazon* e recente dono do *Washington Post* de lhe causar problemas com políticas antitruste, ou as ameaças de cassar licença, como fez com a NBC. Como despreocupado com a repercussão provável de suas ações gerarem um péssimo exemplo ao seu eleitorado, caso do vídeo publicado na sua conta do Twitter com a montagem de uma cena que apresenta ele derrubando e dando soco em outra pessoa com um logotipo da CNN em seu rosto (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 174).

O desprezo pela forma de tratar seus adversários políticos com abusos de poder são mais que um mero desejo de agir com autoritarismo; são designados para corporificar sua base política que se anima e se satisfaz com seu espetáculo de se opor ao outro, de desprezar a lei, de caluniar os fatos. A vontade de potência é o papel que Trump representa diante de seus eleitores da base, não foi a sua competência enquanto empresário. Não obstante, seu próprio slogan reflete a afirmação da supremacia branca com o “*Make America Great Again*”. Para além de explicitar seu ódio e aversão aos cosmopolitas e multiculturais que

---

<sup>13</sup> Iniciou a carreira como radialista, com o passar do tempo ficou reconhecido como ativista político, conspiracionista e comentarista conservador norte-americano.

<sup>14</sup> Jornalista estadunidense com histórico de aproximadamente vinte anos trabalhando para a *Fox News*.

destituíram o direito tradicional de monopolizar os poderes sociais, ele instrumentalizou um valor moral que não lhe representa por inteiro, mas que lhe dá chances de ter apropriação do uso independente dos escândalos que venha a causar, ele é um gênio mais que estável (BROWN, 2019, p. 218-220).

Portanto, propostas como a construção de um muro, com intuito de minar a entrada de imigrantes latinos no país, demonstrou uma das táticas mais elaboradas de distorção dos problemas reais que parte dos americanos operários enfrentavam com os efeitos do capitalismo global. Porém, entoavam as vozes daqueles que já vivenciavam uma lógica xenófoba latente de associar todos os imigrantes latinos a estupradores, narcotraficantes e ladrões (CASTELLS, 2018, p. 31-32).

Em vista disso, consegue-se assimilar que, embora os efeitos neoliberais tenham sido o fator deslocante das condições de acessos aos recursos econômicos favoráveis da classe operária do primeiro mundo como um todo, o que tomou conta do movimento populista nacional nos Estados Unidos foram as retóricas de responsabilização das políticas de ações afirmativas construídas por cosmopolitas seculares que deram direitos excessivos aos LGBTs, aos negros, aos imigrantes e às mulheres, no lugar dos operários brancos, que são os maiores contribuidores históricos da construção da nação norte-americana.

Neste sentido, nota-se que todo problema é gerado em como se narram as justificativas dos operários brancos estarem perdendo suas garantias econômicas e sociais, sem inserir as outras facetas da problematização que as falhas neoliberais trazem, como a desindustrialização afetada no Sul global gerar uma constante migração ao país, principalmente, de forma clandestina. Eles mesmo experimentam, agora, o mesmo que os demais operários vivenciam, porém, o caminho notável que recorrem é o patriotismo xenófobo, intolerante e reduzido a uma reconquista de poder monopolizante.

### **3.2 Um parêntese enfático: a liberdade não conquistada da população negra e dos LGBT+**

Neste subtópico, serão desenvolvidos alguns aspectos históricos da trajetória dos movimentos por liberdade nos Estados Unidos, os quais podem expor o quão desconexo é a reivindicação do grupo de pessoas favorecidos historicamente a terem sua liberdade individual garantida, bem como feita de opressora aos diferentes de seu eixo.

Em primeiro momento, encontramos as normas de tolerância mútua entre os partidos políticos nos Estados Unidos erguendo-se perante uma exclusão racial notória, pois a

colocação dos problemas referentes à escravidão na agenda política causavam rebuliços fortes o suficiente para desestabilizar qualquer proposta de suprimir as divergências políticas. A animosidade sectária foi um dos maiores riscos que a democracia norte-americana já enfrentou para manter os freios e contrapesos. Não obstante, a Guerra Civil tendeu a ser uma ilustração candente, visto os inúmeros casos de violência física registrados na história estadunidense (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 118-125).

Porém, as questões de igualdade racial não se solucionaram com o marco histórico do fim da Guerra Civil, conforme recorda Angela Davis (2018), o movimento pelos direitos civis não seria nutrido se a Proclamação de Emancipação ou a 13ª Emenda tivessem proporcionado condições da população negra usufruir da cidadania plena. Portanto, o movimento pela liberdade negra evocava problemas aludidos a todo país. Era mais amplo que o pedido por direitos civis de participar ativamente da sociedade e focava também em resgatar a liberdade econômica que lhe foi retirada e inibiu suas chances de acesso à educação, saúde, moradia e entre outros recursos (DAVIS, 2018, p. 107-110).

Neste aspecto, cabe ressaltar que o afastamento das questões de liberdades concretas da população negra na agenda política do aparato estatal, demonstra o quão injusto se foi o fornecimento de direitos que promovessem a igualdade perante todos, sem distinção de raça (DAVIS, 2018, p. 107-109). No entanto, a conquista dos direitos formais com o movimento dos direitos civis só se fez válido para tornar a igualdade racial perante a lei, o que, segundo Angela Davis (2009), permitiu a desigualdade racial, posto que “a lei foi privada de reconhecer as pessoas como sendo racializadas, como oriundas de comunidades racializadas” (DAVIS, 2009, p. 110).

De acordo com a autora, a maior implicação foi que, juridicamente, o indivíduo inserido diante da lei firma uma abstração, a qual impossibilita de se conferir as realidades injustas da sociedade para com certas comunidades que se tornam mais suscetíveis a serem designadas ao cárcere do que outras. Não há alterações efetivas da conquista dos direitos formais perante a desigualdade econômica entre questões de raça e gênero, pois a lei não se submete a encarar sob quais condições, por exemplo, uma pessoa pertencente à comunidade negra do subúrbio cometeu uma infração (DAVIS, 2009, p. 109-110).

À vista disso, podemos conferir que os problemas sociais versam as ausências de liberdades concretas, portanto, não é por acaso que a viabilidade em fornecer uma indústria da punição do que desenvolver instituições sociais que ajudem as pessoas na conquista de vidas mais satisfatórias, tende a ser mais recorrente. Os cárceres são ocupados em peso por

pessoas que estiveram condicionadas a cometer uma infração rasa, como é o caso de mulheres condenadas por tráfico de drogas; muitas seguiram tal alternativa devido às restrições impostas em suas trajetórias de vida (DAVIS, 2009, p. 21-50).

Com esta exposição, pode-se perceber como os pobres e operários negros estão afastados da onda populista nacional promovida por Trump, pois lhe cabia apelar para culpabilizar as propostas de justiça social em combate aos legados da escravidão, do colonialismo e do patriarcado. O populismo da extrema direita consegue se engajar, por sua vez, a partir das mensagens que a mídia setORIZADA difundiu aos que representam o lado mais extremo do privilégio branco, cristão e masculinizado. E, principalmente, aqueles que estiveram em vulnerabilidades econômicas aludidas por efeitos do neoliberalismo, sendo os mais atacados por manipulações que buscam responsabilizar as políticas de reparação de injustiça social aos imigrantes, negros, LGBTQ+ e mulheres, os quais lhe retiram as oportunidades e recompensas de integrar a sociedade americana (BROWN, 2019, p. 12-59).

Tais acusações foram mais recorrentes de responsabilização de Washington por conta da espiral especulativa gerada em *Wall Street*, com alegações de que o governo deixava pessoas comuns de lado para ajudar bancos e salvar o capitalismo, ainda mais com uma família negra ocupando o monumento mais admirado da nação (BROWN, 2019, p. 12). E, nisto, recorre sinalizar um dos prejuízos do governo de Barack Obama para permitir que os movimentos neoliberais lhe atribuíssem um peso ao, por exemplo, comprar 80% das ações do *American International Group* com o sistema financeiro à beira de performar sua catastrófica falha para com os cidadãos americanos (CASTELLS, 2018, p. 15-16).

Desta maneira, podemos conferir que a aparição do populismo nacional guiado por Trump não se refere somente às falhas do capitalismo global, mas, das astutas formas de enganar os grupos de pessoas favoráveis a recorrerem por sua perda de privilégio perante os outros grupos, conforme retratado no subtópico anterior. Ou seja, aludindo que todos são iguais perante os direitos formais, não reconhecendo os fatores históricos, como demonstra Angela Davis (2009, 2018), que anularam os acessos da população negra às liberdades concretas.

Como visto no decorrer de alguns dos tópicos anteriores, o abismo dos envolvidos nos movimentos civis (feministas, LGBTQ+, negros e outras minorias) daqueles que estavam afastados, por conseguinte, distantes da possibilidade de compreender que a afirmação das identidades desses grupos excluídos das condições sociais e econômicas era/é de granjear

objetivos instrumentais que lhe garantissem igualdade de gozar das mesmas condições dos que não estiveram com suas liberdades raptadas (CASTELLS, 1999, p. 57-60).

De acordo com Duberman (2018), a sociedade contemporânea dos Estados Unidos reduz drasticamente a contingente expressão pública de intolerância aos indivíduos LGBTQ+, todavia, o preconceito codificado continua atrelado à camada social, principalmente, aos que não ascendem da nova geração do milênio. De tal forma, ainda é notório encontrar casos que tenham apoio de Cortes com reações que favoreçam a violenta imposição de normatização ao espectro heteronormativo. Por exemplo, o indivíduo gay que tem a homossexualidade discretamente exposta, ou seja, não demonstrando atos afetuosos ou que caracterizem a afeminação masculina estão com mais chances de não serem recusados de recebem serviços de algumas empresas, terem moradias para alugarem negadas ou chances de demissão. Por outro lado, sendo mais devastante para os corpos que incluem a sigla T: trans, ou quem ousar o não cumprimento da formulação binária sexual e de gênero (DUBERMAN, 2018, p. 95-98).

A desaprovação pública ainda torna a conquista dos direitos civis insuficientes para os que compõem a comunidade LGBTQ+, o cotidiano retrata muito do que pessoas homossexuais vivem sufocadamente, por exemplo, são reconhecidas legalmente como um casal, porém, ainda são alvos de violência verbal ou até mesmo física por agirem conforme o que lhe foi disposto: liberdade de ser. Numa leitura mais densa, quando percebida a interseccionalidade dessas pessoas, mais duras são suas realidades, casais afro-americanos gays com mais chances de se encontrarem na escala de pobreza, mulheres trans latinas deslocadas do acesso à saúde e emprego por discriminação descarada, desmonstrando o quão “racializada se tornou a pobreza *queer*”<sup>15</sup>. Fora que estes indivíduos encontram-se mais vulneráveis ao suicídio<sup>16</sup> (DUBERMAN, 2018, p. 99-114).

À vista disso, deve-se recordar que pessoas *queer* vivenciaram performances aviltantes do termo, antes de sua subversão, enquanto uma reformulação de resistência discursiva, conforme a dominação da matriz heterossexual e o peso que os discursos de autorização puderam exercer nos indivíduos que se reconhecem atualmente como queers. A homofobia, por exemplo, operou/opera como forma de humilhação e terror da perda do

---

<sup>15</sup> Durante muitos anos foi designado para ofender pessoas LGBTQ+. Contudo, o termo foi subvertido para trazer significado de resistência as pessoas que não se encaixam na heterocisnormatividade.

<sup>16</sup> Segundo o autor, tal índice revela-se mediante o preconceito, a rejeição e a discriminação. Estes indivíduos ainda vivenciam contenções do seu próprio ser como forma de evitar estes primeiros tipos de violência, por conseguinte, geram outros problemas como a homofobia internalizada, a desconfiança intensa (o que mais compromete o lado da ansiedade) e a ocultação (DUBERMAN, 2018, p. 114)

gênero apropriado, posta a dominação heteronormativa e binária. Não obstante, essa performance se fez/faz figurante de insulto, pois ela emerge enquanto um coro imaginário, visto a historicidade acumulada e dissimulada que o discurso do termo fortifica para aterrorizar os indivíduos que fogem da normatividade binária. Logo, os discursos de termos específicos não geram tormento por serem meros termos, porém, por serem representantes de um acúmulo de terror causado aos que não se submetem a viver o espectro heteronormativo (BUTLER, 2020, p. 367-387).

Preocupantemente, embora a identidade trans seja, por vezes, reconhecida em discursos potentes do âmbito legal e político<sup>17</sup>, sendo por representações positivas, essas ações são afáveis e, portanto, não produzem garantias plenas de direitos econômicos, educação, segurança e entre outros. Os corpos trans, principalmente, os corpos trans de cor, são massivamente privados de uma série de condições, inclusive à saúde e segurança de suas vidas, pois os corpos trans negros são os que mais violados, exterminados na sociedade (PUAR, 2017, p. 33-50).

---

<sup>17</sup> A autora traz o discurso de Joe Biden, enquanto vice-presidente dos Estados Unidos, demonstrando apoio a comunidade LGBTQ+ de modo mais amplo ao referenciar a comunidade transgênero. O mesmo foi referenciado com as políticas antidiscriminação efetivadas no governo Obama, ao qual o Biden fazia parte. Tais discursos causaram impactos notórios, porém, não foram suficientes para despertar na sociedade a compreensão de que estes corpos precisam ser respeitados e zelados. O número de assassinatos, principalmente dos corpos trans não-brancos são alarmantes.

#### 4 ANALISANDO O TRUMPISMO: PERFORMANDO A POLÍTICA DO ESCÂNDALO

Este capítulo abordará a genialidade de Donald Trump a ser tão prolífico na conquista de apoiadores num país modelo de democracia, mesmo se comportando de forma incendiária e intrigante.

O pseudo transeunte político foi consideravelmente habilidoso em permitir que esse status lhe fosse atribuído. Não é por acaso que sua forma de simbolizar a xenofobia se deu a partir das declarações discursivas de prometer a edificação de um muro que limitasse as chances de mexicanos acessarem o território que é, conforme sua forma de partilhar identificação com seus apoiadores, pertencente aos brancos. Sua tática era de ecoar sua mensagem diante daqueles que se sentiam rejeitados em seu próprio território em relação ao novo cenário sob efeitos da globalização (CASTELLS, 2018, p. 31-32).

De acordo com Lepore (2020), o discurso de Trump tratando os mexicanos como estupradores, saqueadores e outros adjetivos que criassem uma imagem destrutiva da identidade alheia foi replicado por escritos de outros representantes da extrema direita que vinham fortalecendo o imaginário dos grupos de viés conservador. Nos casos referentes a imigração, sua maior fonte de citação era Ann Coulter<sup>18</sup>, que nunca fez questão de editar suas frases de repúdio aos mulçumanos, declarando nitidamente apoio ao desastroso projeto de guerra contra o terror, se bem que, ainda adicionando alguns palpites ardilosos de "conversão religiosa". Já em relação aos mexicanos, não faltou espaço nas páginas para usar conotações totalmente xenófobas, na qual ainda postula que todos que são contrários à proposta de expulsão em massa de imigrantes latinos do país fazem complô com uma grande mídia, sendo a imigração uma espécie de mentira coletiva, ou seja, um golpe de tomada da branquitude dos Estados Unidos, o que nutre o tão inflamável slogan "*Make America Great Again*" (LEPORE, 2020, p. 791-796).

Neste aspecto, nota-se que a proposta do muro que intencionava um desenho brusco da fronteira dos Estados Unidos com o México se figurou a partir de discursos que transmitiam sentimento de compatibilidade de um imaginário político, ou seja, um gesto teatral que retrata uma leitura diferente da imigração, sendo precisamente aceita por esses grupos como invasão. O muro, nesse sentido, emerge como resposta em formato de expressão hiperbólica, no qual pretende demonstrar o reconhecimento dos que pedem por uma

---

<sup>18</sup> Colunista que teve suas publicações sobre o Onze de Setembro no *National Review* (revista editorial conservadora americana) em destaque.

segurança da fronteira, como forma de expurgar os “inimigos da nação” (BROWN, 2010, p. 74-88).

Segundo Brown (2010), os novos esforços de fortificar fronteiras não são direcionados para alertar, em um primeiro momento, os que compõem o outro lado da cerca. Porém, emergem como uma tentativa de reforçar e insinuar o poder de alguns grupos, os quais se mantêm aptos a terem sua masculinidade intacta. Tais propostas de performatividade emergem de dois grupos: *Minuteman Border Fence*<sup>19</sup> e um grupo de defensores da Patrulha de Fronteira dos Estados Unidos (anônimos)<sup>20</sup>, os quais vigoram a existência de uma crise de segurança que só pode ser sanada mediante uma ação de excepcionalidade, da qual revela-se mediante o enfraquecimento das prerrogativas do monopólio estatal de decisão. Ou seja, a proposta de amuralhar o território com a finalidade de projetar um Estado mais vigoroso mediante os efeitos da globalização e fragmentação do Estado-nação. Porém, tal ação dilui-se, escancaradamente, pois reforçam o quão enfraquecido o seu imaginário de Estado soberano masculinizado se encontra (BROWN, 2010, p. 86-89).

Curiosamente, a proposta de fortificação da fronteira dos Estados Unidos com o México não é hodierna. Desde o catastrófico 11 de setembro, alertas sobre as chances dos imigrantes ilegais serem oriundos de países que patrocinam o terrorismo ou que estejam vinculados à eles, ou que reafirmem as visões xenofóbicas já existentes em alguns grupos de pessoas, fez com que, na internet, uma intensa propagação de medo fosse nutrida. Um exemplo disso pode ser encontrado no website *Weeneedafence.com*<sup>21</sup>, que exemplifica, por meio das mais diversas formas de linguagem, a existência de um perigo iminente quando assumida a ausência de uma muralha que articule visualmente um interior nacional homogêneo, revitalizando as características de ordem e segurança perdidos com o mundo globalizado (BROWN, 2010, p. 100-103).

O reconhecimento desse caráter xenófobo revela-se, notoriamente, quando assimilado que os muros conseguem ser um elemento crível para organização do espaço que elabora identidades mediante a afirmação geográfica dos espaços e seus limites que caracterizam o

---

<sup>19</sup> Disponível em: <[https://www.minutemanhq.com/bf/photo\\_gallery.php](https://www.minutemanhq.com/bf/photo_gallery.php)>. Acesso em: 29.04.2021

<sup>20</sup> De acordo com Wendy Brown, esse grupo no anonimato gera uma mobilização na internet com uso de um website que replica até a própria logo da *U.S. Border Patrol*. Mediante sua análise, ela classifica-os como “pessoas frustradas pelas políticas e tecnologias supérfluas de Segurança Interna relacionadas à segurança de fronteira, pois para estes indivíduos o maior perigo encontra-se diante do que há por fora do Estado-nação e sua marca territorial. O site encontra-se disponível em: <[http://www.usborderpatrol.com/Border\\_Patrol90.htm](http://www.usborderpatrol.com/Border_Patrol90.htm)>. Acesso em: 29.04.2020.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://weneedafence.blogspot.com/2006/05/open-border-poem-by-scott-rohter.html>>. Acesso em: 29.04.2020

espectro dicotômico: nossa terra e a terra deles. Funcionando-se mais como organizações imaginativas que exigem a distinção entre as identidades por marcos territoriais, porém, sem impetrar um reconhecimento do referente sobre sua barbárie atribuída pelos que residem o pronome pessoal indicado pela primeira pessoa do plural: nós (SAID, 1979, p. 54-55).

À vista disso, o muro da fronteira dos EUA com o México pode ser, precisamente, mais colocativo como uma operação de convertê-lo em significados, que exprimem o contexto em que algumas pessoas experimentam. Ele produz uma cenografia visual, uma espécie de espetáculo, pois é provado historicamente<sup>22</sup> que sua funcionalidade de minar o fluxo de drogas ilegais é decrépito ao novo cenário constituído pela economia global e as conexões transnacionais. Porém, insistem enquanto gestos políticos que se destinam para além de criar uma ilusória chance de interditar “corpos estranhos”, dos quais produzem outros dilemas de segurança como: permanência dos contrabandistas nos EUA ao invés de uma sazonalidade de sua travessia. Tais gestos buscam restaurar uma aparência de ordem urbanizada, as paredes são, portanto, encenadas para simbolizar que medidas estão sendo tomadas, embora não sejam eficientes para solucionar, o que algumas pessoas enxergam como invasão do terceiro mundo e, não como uma crise imigratória gerada pelo neoliberalismo (BROWN, 2010, p. 89-96).

Os muros buscam, na contemporaneidade, refletir imagens de autodeterminação, emergem como um atrativo político, do qual não depende de uma relevância funcional *per se*, mas devem ter o domínio do que as pessoas pensam sobre ele, ou seja, é um gerenciamento da imagem da fronteira. É uma performance ritualística de apagar imagens embaraçosas do cenário caótico que o projeto neoliberal instaura no Sul Global e migra-se para o Norte (ANDREAS, 2009, p. 143-148) Um puro espetáculo que tenta ressuscitar um poder desvanecido, são assim, construídas paredes imensas e imponentes para banir fluxos que geram problemáticas de violência como o narcotráfico. No entanto, teatraliza correções entre os que compõem a territorialidade invadida (BROWN, 2010, p. 103-105).

#### **4.1. Onze de Setembro e a fertilidade virtual das teorias de conspiração**

Somando-se ao cenário de espanto e vigilância constante após o 11 de setembro e o definimento da televisão aberta, erguem-se novos espaços substituindo fontes de notícias

---

<sup>22</sup> De acordo com Wendy Brown, por volta de 2007 o governo do Texas gastou cinco milhões de dólares para equipar a barricada que limita os movimentos de entrada e saída da região, sendo colocados como operações vigilância da fronteira, não de solução para reduzir ou minar os fluxos ilegais de drogas, pessoas e entre outros (BROWN, 2010, p. 88)

por comunidades políticas, das quais migraram os conflitos culturais físicos para o ambiente virtual. O resultado dessa transformação é o desequilíbrio político, surpreendentemente, com proporção de histeria semelhante ao da divisão do país devido às questões de segregação racial. E, conforme o quão abrangente se tornavam os novos espaços de difusão de informações, menores eram as chances de produzir uma identidade coletiva diante dos momentos de mudanças abruptas, visto que esses novos meios de comunicação estavam mais dispostos a reproduzir mensagens do próprio imaginário político das comunidades virtuais, tornando toda proposta de troca de informações e debates públicos utópicos (LEPORE, 2020, p. 790-795).

A precisão científica não era uma prerrogativa para que as notícias corressesem diante do mais equipado canal comunicativo irrestrito: a internet. Websites com estratégias precisas de difusão de teorias da conspiração ganharam a cena da vez. A exemplo disso, tem-se o *Infowars*, elaborado pelo radialista Alex Jones, um modelo primário de narrativas incendiárias e programadas para causar alvoroço. Emitindo avisos sem comprovações, sua campanha virtual de promulgação da verdade com narrações de desconfiança quanto ao acontecimento do Onze de Setembro, levantando suposições de que o governo federal estava consciente e elaborou um próprio ataque no seu país fez-se frutífero durante anos. Embora tal afirmação deixe qualquer um estupefato, sua assertividade parte de suas emissões conspiratórias serem responsáveis por criar uma facção reconhecida como: *truthers*<sup>23</sup> (LEPORE, 2020, p. 787-793).

Conforme aponta Habermas (2006), as avaliações de riscos após o ataque terrorista do 11 de setembro, marcando uma nova força simbólica de ataque, refletem muito como as reações poderiam ser direcionadas ao sentido de encarar uma incapacidade do governo de determinar a magnitude do risco que a essência terrorista promove à sociedade. Ou seja, não havia como circunscrever um risco numa sociedade em que não se vivia um contexto de temor de prováveis ataques, explosões ou colapsos. Neste sentido, os efeitos da engenharia de insegurança permitiu que uma nação pudesse reagir sob inúmeros equívocos, desde a reação administrativa na operatividade militar sem ter uma identificação nítida do oponente, como também, tal descentralidade da imagem do causador do pânico ser um elemento de prováveis engajamentos de gerar riscos à estabilidade estatal, por ser desacreditado devido à sua

---

<sup>23</sup> É a denominação dada aos que compõem o movimento que questiona o relato oficial acerca dos ataques de 11 de setembro de 2001

inadequação das medidas que implantava para reverter o choque que sua nação vivenciou (HABERMAS, 2006, p. 3-36).

A questão maior pode ser visualizada no temor da devastação que foi desencadeada e a recorrente pergunta que surgia: “qual poderia ser o próximo alvo?”, embora houvesse por parte do governo norte-americano, com prudência ou sem um toque dela, de lidar com a questão, não se havia histórico sobre como lidar com fenômenos nestas proporções (HABERMAS, 2006, p. 3-36). Assim, tais resultados ineficientes de reverter o cenário de caos, puderam dar munição aos arquitetos das teorias da conspiração, pois lhe favoreciam as narrativas que dessem algo mais concreto sobre os culpados pelas mortes de milhares de americanos, por causarem a insônia e angústia constante que tiveram de conviver durante um considerável tempo (LEPORE, 2020, p. 790-848).

#### **4.2 Uma democracia caótica: o contexto político no campo minado da internet**

Anos de agressão conservadora implacável ao Estado e à Imprensa tradicional geraram um público totalmente descrente em ambos. Alex Jones não poupou seus caracteres para dedicar-se a transformar os *truthers* em *birthers*, um grupo totalmente focado em provar que o primeiro presidente negro eleito não era americano. Com um ambiente online frenético, preenchido com padrões de buscas por uma explicação da qual contentava as pessoas que não se "disponibilizavam" mais a confiar em nenhuma autoridade. Mas aos websites de notícias do seu próprio imaginário político, o que manifestou exponencialmente o rejuvenescimento da política em um espectro de lutas partidárias calorosas (LEPORE, 2020, p. 795-848).

Cirurgicamente retratado por Castells (2018), a questão da identidade nunca foi anedótica para trazer conexões explicativas das motivações que geraram os movimentos da extrema direita. Ainda mais, quando a política ligada ao aspecto da identidade lucrou veementemente nos Estados Unidos, eis que num mundo com grupos minoritários e minorizados reivindicando as afirmações de suas identidades para serem reconhecidos, nasce uma reação daqueles que viam sua identidade contestada por ser refletora do patriarcalismo, colonialismo e outras representações de dominação que simbolizavam o privilégio de gozo dos direitos e das liberdades que muitos reivindicavam para conquistá-las (CASTELLS, 2018, p. 37-40).

Os movimentos identitários da extrema direita foram conquistando visibilidade a partir de um recrutamento de grupos que se identificavam como marginalizados socialmente, sendo, assim, fortemente engajados a encarar tais associações políticas mediante uma

conectividade com figuras específicas, caso do Steve Bannon<sup>24</sup>, o qual esteve na frente do *Breitbart News* e pôde organizar toda essa estratégia. Além de ser uma representação robusta aos *alt-right*, sua vinculação ao Trump em meados de 2016 indicou, em certa proporção, o quão característico estão sendo as colocações de instruções políticas em uma sociedade completamente dividida (CASTELLS, 2018, p. 37-40).

Ademais, a deslocalização industrial, particularmente as mudanças nas indústrias de automóveis, extração de carvão e siderurgia focadas em regiões do Meio-Oeste, revelam um tanto de como a fragmentação social de algumas comunidades operárias tradicionais mostram as motivações dos movimentos nacionalistas mais abruptos. Os efeitos da perda de uma comunabilidade não só se restringem a uma separação de uma classe trabalhadora vista como ignorante, da qual não acompanhou a evolução tecnológica e de outra que passa a dominar as novas engrenagens da ordenação de grande parte da sociedade americana. Porém, as formas como os diálogos são gerados, ou seja, as formas de se comunicar desses dos grupos dita como alguns preferem abrandar suas vozes com aversão aos grupos ditos mais instruídos e aos imigrantes que são figurados como sequestradores de empregos e de assistência pública (CASTELLS, 2018, p. 37-38).

Em consonância com Hobsbawm (1995), os “cinturões de ferrugem”<sup>25</sup> vivificam a própria ferrugem em si, quando a evolução tecnológica propagou o pleno emprego, permitindo a desenvoltura de uma sociedade de consumo em massa nos países desenvolvidos, tanto que a conjugação do ser operário transfigura-se de forma íngreme. Além disso, com as crises e pressões econômicas, enfaticamente a do neoliberalismo de desmonte das políticas assistenciais, que fortaleciam o resguardo dos setores mais enfraquecidos dos trabalhadores, movimenta-se uma divisão dentro da própria classe operária que não se desenhava com traços fortes desde a segregação vitoriana entre grupos pobres nomeados por “respeitáveis”, por um lado, quanto ao outro, por “não respeitáveis”. Neste novo cenário, verificava-se uma latente estratificação entre os trabalhadores qualificados, considerados por se adaptarem à era da produção de alta tecnologia e os que não deram tanta abertura para as mudanças que a

---

<sup>24</sup> Na época, era editor do site *Breitbart News* (site de notícias e opiniões da extrema direita norte-americana). Informações adicionais em: <https://www.youtube.com/watch?v=OTsaC0M2rK0>

<sup>25</sup> Refere-se à área de industrialização mais antiga e extensa dos Estados Unidos, considerada como o coração industrial da América. Contudo, em meados do século XX entrou em decadência com a transferência de fábricas para o oeste do país e o aumento da automação. O termo em inglês é “*Rust Belt*”, podendo ser traduzido também como Cinturão da Manufatura (*Manufacturing Belt*). Geograficamente a região abrange estados do nordeste, dos Grandes Lagos e do meio-oeste.

tecnologia proporcionou ao mundo. A coesão social foi dissipada com tamanha veemência após estas transformações (HOBSBAWM, 1995, p. 237-253).

Infatigavelmente, a polarização sectária sustenta-se das mudanças sociais que são geradas, como a drástica perda da estabilidade no emprego provocada com as mudanças econômicas ocasionando um aumento da desigualdade econômica e social. Porém, não se retroalimentam por esse fator, mas devido ao ressentimento social gerado a partir desses fenômenos (KRAMER, 2016, p. 3) A exemplo de grupos que vivenciam essas alterações sociais, encontra-se a classe trabalhadora branca, esquivados da associação ao partido democrata, por vezes, apresentados como desencorajados a credibilizar as propostas da agenda política de líderes democratas, uma vez que seu foco primordial foi rotinado para os grupos minorizados no espectro político norte-americano. Esse grupo, aponta-se como o *turning point*<sup>26</sup> da recuperação de apoio significativo ao acirrado jogo político da eleição de 2016<sup>27</sup> (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 213-214).

Apetitosamente, a política partidária assumiu o mesmo propósito que se instaurou após o Onze de Setembro e a consagração da guerra contra o terror, o respeito aos limites de condutas do aceitável foram dissipados tanto internacionalmente, como internamente e nos meios digitais: a internet. A política ganhou uma frase emblemática “por qualquer meio necessário” e se fez ativa em diversos locais online e offline. O fator determinante da estabilidade política nos Estados Unidos se desmorona a partir da ausência de compromisso com a noção de comunidade tanto dos partidos políticos, como também, dos desenvolvedores das mídias digitais e suas extensões (LEPORE, 2020, p. 793-803).

A Internet e sua extensão aceleraram, de fato, as mudanças políticas, permitindo que discussões políticas fossem ampliadas e praticadas em diversos locais online, permitindo também um grande acesso à informação. No entanto, a moderação do avanço dessas extensões causou um descontrole sobre como era disposto o mecanismo de busca e seleção

---

<sup>26</sup> Conforme ilustrado nas pesquisas da Emily Ekins, os Preservacionistas, grupo definido como aqueles que foram tocados diretamente pela mutação do capitalismo e sua nova estruturação do trabalho, foram considerados nas análises eleitorais como os candidatos chaves para causarem uma virada da conquista de aumento do capital social da Hilary, o que daria altas chances dela projetar uma derrota no Trump. Ver o capítulo nove de Levitsky & Ziblatt em “Como as Democracias Morrem”.

<sup>27</sup> Vale salientar que muitos autores ao analisarem a disputa eleitoral de 2016, frisam que Hillary esteve fadada ao fracasso devido sua aproximação com a formação discursiva de desprezo, a qual foi usada pelos adversários. Ao invés de conquistar um grupo que se via ressentido pelo enquadramento de políticas mais voltadas para grupos minorizados, sendo esse grupo, por vezes, exibidos como afastados da participação de compreensão das realidades dessas minorias. Ela busca replicar as mesmas formações comunicacionais dos seus oponentes: o desprezo. O insulto “bando de deploráveis” marcou fortemente sua trajetória na insuficiente atividade de aproximar-se de grupos que poderiam ser seu *turning point*. Os autores são: Castells (2018), Lepore (2020) e Levitsky & Ziblatt (2018).

dessas informações disponibilizadas, o qual esteve sob a responsividade de uma empresa notada como dona de quase todo o mercado mundial: *Google*. As implicações foram mais agudas no que tange a falta de controle do que era exibido, não em seu sentido tirânico, porém, celetista do que poderia agravar o isolamento político dos norte-americanos, ou seja, a falta de comprometimento de certas indústrias da era de conhecimento de evitar um engajamento político impotente. Desta maneira, as empresas com um foco mais atencioso aos lucros de como disponibilizavam informações do que com os efeitos que eles poderiam transmitir ao interesse público, deram brechas para a sociedade se radicalizar (LEPORE, 2020, p. 805-807).

Porém, antes da internet e suas extensões não foram os únicos a sofrerem drásticas mudanças, os jornais tradicionais televisionados foram drasticamente transmutados com a desregulamentação do setor de comunicações, permitindo às indústrias jornalísticas fundir seus patrimônios, como foi o caso da *General Electric* comprando a *National Broadcasting Company* e a *Time* com a *Warner Bros*. Tais mudanças causaram um impacto nos jornais, os quais tornaram-se menos prudentes com o desígnio de informações aos seus leitores, mas sendo cautelosos com as solicitações de seus acionistas (LEPORE, 2020, p. 805-806).

Outrossim, é a segmentação maciça da audiência dos programas da mídia televisiva com a proliferação de alianças estratégicas das empresas de multimídia, o que leva em consideração o seu efeito globalizante como, por exemplo, os jornais locais dos Estados Unidos se expandindo para outras regiões do mundo. No entanto, não foram simplesmente os efeitos de avanço que os satélites proporcionam a difusão de canais múltiplos a diversas sociedades distintas, mas o quão comercializadas elas se tornaram. O mais nítido retrato é a fórmula semântica usada para captação de públicos-alvo a serem levados ao consumo imediato de programas que moldam a sua mensagem para intensificar uma relação mais notória de aproximação entre o receptor e o emissor, gerando uma tática de lucratividade ao mirar públicos-alvo de consumo dos programas televisivo (CASTELLS, 1999, p. 422-426).

Neste aspecto, a mídia em seus variados canais: televisivo, online, radiofônico e entre outros foram comercializados e afastados da função de impor certos limites à forma como as informações eram noticiadas. Uma sociedade cada vez mais envolvida pela lógica capitalista do consumo dava espaço para o hiperindividualismo e as ações excêntricas de blogar, publicar e tuitar o que lhe convém e lhe faz lucrar. Deste modo, redes de informação como a *Fox News* iniciam um processo de transmitir mensagens para audiências específicas, como

também as encoraja a tomar ações para além do seu ambiente reconfortante de espectadores (LEPORE, 2020, p. 805-830).

A critério de comprovação, têm-se a convocação de Glenn Beck<sup>28</sup> à *Fox News* para estrelar um programa que para além de reforçar os comentários de comparação do Obama a Mussolini, feitos pelo próprio. Refigurou o estúdio de televisão e transformou-o numa espécie de sala de aula, contendo todos os objetos que lhe caracterizavam como se fosse uma, bem como, não se poupou de interpretar um professor e mudar sua forma de proferir suas mensagens, fazendo um perspicaz papel de narrador da história americana, pondo um destaque para afirmar que a presença do Obama, enquanto Presidente, representava uma traição aos pais fundadores da ilha da liberdade. Atraindo e explorando as animosidades que vivificavam o ódio racial, tal programa foi capaz de mobilizar grupos de pessoas a instituírem um novo “*Tea Party*”, os quais se expandiram em todo o país com comícios nas ruas das cidades, exibindo cópias da Constituição. Estes manifestantes se personificavam como Benjamin Franklin, George Washington e Thomas Jefferson, com adereços bastante expressivos como perucas e coletes abotoados. Tal manifestação foi uma das indicativas ponta do iceberg que vigorou o slogan: tornar os EUA grande novamente (LEPORE, 2020, p. 825).

Além disso, o hiperpartidarismo tornou-se mais um motivo de celebração do que preocupação, a modelo de tal ajuste da óptica em relação ao abismo político movido por guerras partidárias encontra-se Tom DeLay. Um republicano ferrenho, o qual fez questão de expressar em um discurso de partida da sua partição na Câmara baixa que as demonstrações de descontentamento com o elevado partidarismo político eram sinônimo de queixa velada a fortificação do conservadorismo político no país (LEPORE, 2020, p. 818) A democracia norte-americana, portanto, encontra-se para além de uma divisão partidária calorosa, não se limita somente a diferenças políticas, mas sobrevive a conflitos pautados em ressentimentos por parte de grupos que se visualizam uma série ataque a sua identidade e ao seu eixo cultural (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 208-209).

À vista disso, o *Tea Party* e outros movimentos ligados à extrema direita nos Estados Unidos demonstravam preocupações com questões como a operação de oração cristã nas escolas, ou, relutância as relações homoafetivas. Alguns davam destaque também ao ressentimento das políticas assistenciais de imigração e mostravam disposição de serem

---

<sup>28</sup> Uma personalidade midiática de forte vinculação à direita política norte-americana, seu programa na emissora *Fox News* quebrou recordes históricos de audiência, que lhe concedeu uma popularidade inestimável.

contra à conquista de um presidente negro, com justificativas de que seu país não era mais tão branco. Sendo tais fundamentos, um mecanismo de recordação do caso Dred Scott em 1857, onde o Chefe de Justiça, Roger Taney, com forte inclinação jacksoniana apoiou que nenhuma pessoa de ascendência africana estaria apta a ser um cidadão americano. Tal contextualização deixa mais visível o porquê do emblemático “Impeachment para Obama”, desenhado nos cartazes do movimento da extrema direita, fora os gritos uivantes de “ele é inconstitucional”(LEPORE, 2010, p. 126).

Dentro do cenário descrito no decorrer deste quarto capítulo, Donald Trump se apresenta disponível para pôr em prática sua teatralização mediante as novas estruturas e conjunturas de controle e manipulação de informações. Sendo assim, o neoliberalismo enquanto mutação do capitalismo industrial na era da informação não só transforma as novas modalidades de trabalho, como também se adapta aos novos setores pautados nas psicotecnologias. Ou seja, o regime neoliberal investe nas tecnologias comunicacionais enquanto um recurso para lucrar com o controle psicopolítico dos indivíduos. Neste aspecto, com a iminência do *big data*, a comercialização da comunicação revela-se a partir de sua capacidade de reconhecer os hábitos digitais das pessoas e proporcionam uma representação mais exata da identidade delas com estes dados que agrupam informações sobre o comportamento dos indivíduos nas redes sociais e demais extensões da internet. Desta maneira, este novo adereço neoliberal mostra-se enquanto um grande negócio, com os dados pessoais da população online sendo monetizados e comercializados. A critério de demonstração, existe a *Acxiom*, responsável por comercializar dados particulares de quase 300 milhões de cidadãos dos Estados Unidos, sendo mais propensa a reter informações sigilosas numa escala maior do que o próprio FBI (HAN, 2014, p. 86-111).

Tal poder referenciado por uma nova governabilidade do neoliberalismo se faz proveniente da sua capacidade de usar informações como mercadoria, não meras informações, mas dados que revelam, por exemplo, uma visão da vida privada de pessoas que usam Facebook e Google. Estes dados são materiais informativos capazes de revelar quais são os hábitos de busca daquelas pessoas, o que elas consomem, como por seguinte, saber o que elas podem ter interesse de consumir. É um trabalho de segmentação dos usuários dessas extensões da internet, que evidencia muito como a nova técnica do poder do regime neoliberal é prospectiva. Uma vez que o capitalismo do consumo descobre a *psique*<sup>29</sup> como

---

<sup>29</sup> O autor não faz uma definição em si de *psique*, porém, ele direciona tal conceito como a mente do indivíduo, visto que, o neoliberalismo consegue transmutar o capitalismo do consumo para usar técnicas de explorar as necessidades do mercado (marketing) com o próprio uso de empresas informações (coletoras de dados pessoais

uma tática de expandir necessidades para que a demanda por consumo seja maior, assim, introduz esse novo poder de controle e manipulação de informações privadas dos indivíduos para terem os mecanismos mais assertivos de gerenciar emoções que criem necessidades e estimular a compra (HAN, 2014, p. 30-86).

Diante disso, opera-se o *micro-targeting* - uma técnica usada para descobrir grupos de pessoas com potenciais interesses em um determinado tema e que podem ser induzidas ao favor de que dispõem tais informações sobre esses grupos de pessoas - aplicado, ultimamente, aos processos eleitorais como mecanismo de formulação de mensagens personalizadas, detendo um potencial de direcionar grupos de pessoas a serem influenciados por um líder político e aumentar seu capital social. Deste modo, o *micro-targeting*, atua como uma prática além da microfísica foucaultiana, pois ela emprega a psicopolítica manipulada por dados. A era informacional marca, portanto, a proliferação de um novo poder que realiza prognósticos acerca do comportamento das pessoas, sem elas notarem nitidamente que estão sendo vigiadas, e, que também estão sendo personificadas como mercadorias para serem vendidas aos políticos ou empresas que desejam otimizar o seu discurso com um banco de dados que revele formas mais assertivas de conquistar os públicos alvo (HAN, 2014, p. 86-111).

Para além de um político, Donald Trump também se figurava como um magnata do entretenimento, acostumado com os holofotes direcionados a sua imagem, seus bordões eram massivamente escalados e feitos como recursos publicidade direcionados para serem popularizados. Muito antes de sua apresentação no jogo político partidário, ele já ousava praticar performances assertivas aos públicos que se demonstravam prontos para recebê-las, ele travava lutas contra Obama dentro de um ambiente midiático que já era sua especialidade. Neste aspecto, ele não só soube modificar mensagens para adotar a forma necessária de conquistar os grupos políticos que viviam afirmando que sua posição estava marginalizada no espectro político como também esteve ao lado de grandes nomes das teorias da conspiração que disseminavam nas novos canais de comunicações notícias com credibilidade factual inexistente, muitas indicavam que o governo federal elaborou os ataques ao *World Trade Center*, ou deixaram de agir para detê-los por vontade própria (LEPORE, 2020, p. 790-863).

---

que vendem informações de seus usuários) e aplicam tais informações para usarem estratégias de captação da atenção e interesse das pessoas. Ou seja, é um assalto à mente humana que torna-se nua ao deixar os rastros de seus comportamentos online aos sequestradores de informações que revelam seu comportamento, seus interesses, as quais tipos de informações você está propenso a comprar ou acessar. Tais sequestradores vendem essas informações e fornecem uma espécie de relação de perfis conforme os dados coletados que revelam tais instruções que podem ajudá-los a ter a atenção das pessoas.

À vista disso, McLuhan (1994) nunca esteve tão longe de exemplificar com tamanha clareza como a atuação da mídia se dá em sua frase alegórica “o meio é a mensagem”. Trump e demais atores políticos e comunicacionais citados, se permitiram submeter ao manuseio dos meios de comunicações para gerarem mensagens especializadas e teatralizadas para conquistar seus públicos alvos e, também, a construírem neles resistência e rebeldia as oportunidades que a alteridade ou do estranhamento criam para promover uma comunicação entre espectros políticos e culturais divergentes.

Conforme retratam Levitsky & Ziblatt (2018), os ataques iminentes de Trump e outros republicanos às normas não escritas de tolerância mútua e zelo às instituições democráticas independentes como a Imprensa, fazem erodir um grande dano à democracia. Suas críticas indiretas aos mecanismos de peso e contrapeso da estabilidade política do regime democrático foi mais que notável para os estudantes de autoritarismo lhe identificarem como o mais puro exemplo de um autoritário com fortes inclinações à demagogia. Ataques contundentes aos adversários era a nova linguagem dos republicanos com seu eleitorado, o escândalo, o agir de forma intolerável era o mais lucrativo para estas pessoas. Outro modelo de comprovação é o candidato ao Congresso em 2017, Greg Gianforte<sup>30</sup>, o qual elevou seu engajamento eleitoral e lhe fez conquistar uma cadeira na Câmara com uma agressão explícita ao repórter do *The Guardian* que lhe abordava com questionamentos totalmente burocráticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 169-194).

E, grande parte da sociedade se submetia a aceitar e corroborar com tais atos mediante sua percepção de que sua presença social não era bem quista e encontrava-se sob “ameaça”. Tais características foram decisivas para que as reações dessas pessoas fossem agressivas e pretensivas (LEVENDUSKY, 2013, p.4) Outrossim, é a participação da mídia declarada expressivamente como de viés conservador nutrindo posturas de nítida escandalização e repressão a qualquer outro membro do espectro conservador, caso tentassem se curvar para uma rota diferente da propagação de mensagens contidas com frases de efeitos elaboradas a desenvolverem engajamentos de ataques aos adversários políticos (SKOCPOL; HERTEL-FERNANDEZ, 2016, p. 681-699).

Notoriamente, as mensagens foram personalizadas e fortemente sucedidas, pois embora Trump tenta-se representar um imaginário conservador moral cristão, ele não o poderia fazer. Mesmo após vazar uma gravação de áudio que ele considerava “agarrar pela

---

<sup>30</sup> Mais informações podem ser encontradas nas seguintes matérias: <https://www.washingtonpost.com/politics/2018/10/20/guardian-reporter-calls-gop-congressman-who-hit-him-ward-calls-trump-something-worse/>; <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-45913921>.

boceta” as mulheres como uma forma sem nenhuma implicação de abordá-las para se comunicar, ele manteve seu status em alta (LEPORE, 2020, p. 848). Pois, lhe era favorecido a chance de representar uma comunalidade que os moralistas cristãos faziam questão de abdicar o apoio a um líder que não fosse sua pura identificação do exemplo moral, mas que estava em par de ressentimento com as mudanças sociais causadas e que torrenciavam uma imagem de perda do poder da branquitude (BROWN, 2019, p. 218-228).

O mesmo pode ser encarado pelos interioranos, ou como Ekins (2016) denomina Preservacionistas, já que Trump não replicava a história de McCarthy, um exemplo de republicano no período da Guerra Fria que usava discursos escandalosos e enervantes para atacar seus adversários democratas, muitas vezes, declarando perseguição pública. O criador e propagador dos caça-bruxas era um símbolo da representatividade interiorana naquela época, grande parte de seu apoio era destinado às classes trabalhadoras brancas que viam sua imagem com credibilidade ao ser um deles, o que não era bem o mesmo de Donald Trump, empresário ferrenho e fortemente beneficiado pelos efeitos da globalização (LEPORE, 2020, p. 575-708).

#### **4.3 A comercialização do espetáculo: escândalos políticos são a nova tendência do mercado**

De acordo com Dewey (1954), o obscurecimento do público provém das mudanças sociais, cujos efeitos planejados de desvalidar o papel da comunidade, responsável pelas bases democráticas, afeta os sujeitos a seguirem um ordenamento de papéis arriscados a manutenção do regime democrático, pois, a depender do contexto social, político, cultural e econômico, o público referente aos grupos sociais em geral, podem desvanecer rapidamente como um dilúvio, ou seja, os laços sociais, as capacidades de gerência de diálogos são rompidos (DEWEY, 1954, p.144-170). Desta maneira, haverá diversos públicos, conforme vimos, eles se diferenciam ao focar somente em suas visões de mundo e sua replicabilidade argumentativa perante uma espiral que a finalidade será sempre difundir mensagens ao público correspondente, não havendo pluralidade discursiva e nem argumentativa.

Preocupantemente, os canais de mídia, em especial os digitais (redes sociais) e televisivos, encontram-se permitindo a exibição de posturas escandalosas e provocadoras, principalmente nos momentos de eleições políticas, o objetivo de gerar uma resposta emocional aos telespectadores é muito mais frequente. E, muitos partem de pressupostos como a necessidade de obter atenção dos telespectadores faz-se substancialmente motivo para

tal postura (SANDRO; HALIMA, 2020, p. 7106-7108). Debord (1997) reflete o papel do espetáculo na mídia, descrevendo tal fenômeno como o um tipo de “Reinado” autocrático da economia de mercado, onde a finalidade é atrair o maior número de espectadores e mantê-los engajados como mecanismo de manter o negócio informacional, o qual perde toda proposta de difundir informação, mas volta-se para lucrar diante do consumo do espetáculo (DEBORD, 1997, p.7-165).

A mídia com a direção por grandes corporações e magnatas empresárias tornaram o papel da Imprensa dominado pela lógica capitalista de se pensar nos fins lucrativos (SANDRO;HALIMA, 2020, p. 7106-7108). A personificação da sensação de medo também não escapou da proposição de se tornar uma mercadoria, principalmente, política. De acordo com Bauman (2014), a comunicação tornou-se mais fragmentada na era da sociedade líquida, com os eventos catastróficos, a critério de exemplo, o Onze de Setembro, lapidaram de uma vez o “estranhamento” aos estrangeiros, com tons mais temerosos, desqualificando o diálogo e propostas de negociações para a gerência de uma coexistência mútua (BAUMAN, 2014, p. 97-106).

A iminência de ameaça nota-se mais como subproduto de propaganda comercial do que a gravidade propriamente dita que o medo apresenta, pois as inúmeras tentativas de investimento com equipamentos engenhosos de segurança não causam proteção contra o perigo, mas assegura uma sedução por aperfeiçoados mecanismos de ilusória segurança (BAUMAN, 2014, p. 97-106) O mesmo é notado na espetacularização dos muros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respectiva pesquisa apresentou diversos pontos cruciais para identificar o controle e a manipulação de informações por grupos políticos na era digital, como também os efeitos que tais fenômenos marcam e moldam uma sociedade mais polarizada e capazes de colocarem suas adversidades ao nível de colapsar a democracia representativa modelo mundial, os Estados Unidos da América. À vista disso, pode ser concebido que:

No segundo capítulo desta pesquisa, pôde-se colocar em consideração como a transformação das telecomunicações, conforme indica Dahl (2004, 2012), não são suficientes para os cidadãos estarem engajados nos debates políticos ao nível de formular e exprimir suas preferências com coesão. Tais pontos partem da setorização da mídia, que avança devido a inserção de uma lógica capitalista no setor informacional, e, conseqüentemente, grupos políticos iniciam ações de ter os meios de comunicação em benefício próprio, construindo uma vontade coletiva que lhe legitima nas batalhas políticas. A maior implicação provocada com esse fenômeno é o de eclipsar o papel da mídia de favorecer sua máxima de gerar debates públicos.

Com este caráter neutro perdido de representar a facilitação da comunicação e observação dos processos e procedimentos políticos na democracia representativa, em especial, o meio televisivo, nota-se que há uma densa utilização da mídia e seus recursos de alcance de mensagens em massa e poder edificador social para fins contrários ao de assistencializar o público no processo de formular e exprimir suas preferências políticas. Ou seja, a mídia assume o caráter de ator nas relações sociais, e, potencialmente, das relações internacionais, visto sua capacidade de não ser somente uma ponte de comunicação, mas, membro ativo dos diálogos sociais, políticos, culturais e econômicos.

Nos tópicos que encerram este capítulo, ainda conseguimos captar outros efeitos e enquadramentos que a nova configuração da mídia traz aos processos de formular e exprimir preferências políticas. Localiza-se a transformação da mídia numa indústria que irá gerar uma economia da informação, sendo assim consagradas desigualdades no acesso à informação, pois tal recurso se monetiza e cria segregações entre consumidores e não consumidores a depender do poder aquisitivo dos indivíduos. Porém, há também o uso da mídia como meio de simbolização política, que alguns meios televisivos adotam ao promover a narração dos eventos políticos com o intuito de beneficiar partidos políticos a terem apoio de grupos políticos da sociedade civil que se encontram divididos por fatores identitários.

Nessa nova conjuntura, a mídia digital apresenta-se veementemente instrumentalizada para contabilizar perfis políticos dos usuários das redes sociais e demais extensões da internet, sendo os proprietários das tecnologias de ponta, os novos agentes da economia informacional, e, consideravelmente políticos, visto suas inclinações de comercialização de dados que podem contribuir à mídia televisiva ou grupos políticos específicos que desejam moldar sua mensagem para alcançar o maior número possível de apoiadores de suas defesas políticas. Tais estruturações nutrem possibilidades de interferência na formação da opinião pública, bem como, de catalisar a polarização com a finalidade de manipular interpretações dos acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos.

Desta maneira, com o distanciamento do Estado e a gerência de uma crise de representação para alguns grupos, causado com os efeitos do neoliberalismo, enquanto uma esfera de políticas privatizadoras dos serviços públicos que minimizam o Estado social, ergue-se juntamente a nova conjuntura da mídia digital e televisiva, condições para que os próprios beneficiados com o avançar neoliberal e globalização do capitalismo, tenham como moldar a visão de sua imagem e garantir uma simbolização fanática frente às condições de instabilidade econômica, social, política e cultural que alguns grupos se encontram, sendo mais forte em grupos de trabalhadores brancos do norte global.

O terceiro capítulo esclareceu a existência de outros fatores analíticos para desvendar as motivações dos grupos sociais que estiveram em condições de direcionamento ao extremismo político conservador com o amparo da mídia, enquanto agente influenciador e edificador das visões de mundo. Com uma leitura mais sócio cultural, constatou-se que a crise financeira provocada pelas políticas neoliberais não foi determinante ao vasto apoio a Donald Trump, mas, foi condicionante, pois o que se obteve no cenário norte-americano foi uma coalização entre grupos distintos da sociedade, sendo alguns afetados agudamente e outros nem tanto. Ou seja, a base comum da formulação de uma narrativa que pudesse caracterizar todo o grupo diverso de apoio ao candidato a Presidência dos EUA era de que as ocupações de espaços por mulheres, LGBT+, imigrantes e negros, ou seja, fatores sócio culturais, incentivavam a rebelia e repúdio extremo, que caracterizavam os movimentos em prol da vitória de Trump.

Uma das maiores revelações adquiridas por essa pesquisa foi a de que o futuro comandante em chefe não tinha correlação intrínseca, por exemplo, com os grupos sociais que se identificavam como cristãos moralistas ferrenhos, pois, em diversas ocasiões, Donald Trump se mostrou despreparado para se enquadrar como um modelo moralista das condutas

que a cultura desse grupo busca ilustrar. Neste sentido, consegue-se levar em conta que os choques culturais na sociedade norte-americana foram precursores da polarização ao nível extremo, porém, se tornaram mais agravantes com o apoio da mídia, conforme o destaque fica mais explícito no quarto capítulo.

Outra ênfase notória é o fato de que as grandes modificações sociais nos Estados Unidos não se deram por unanimidade, nem com o consenso de todos os grupos identitários do país para outorgar o reconhecimento de importância que a pluralidade política proporciona à democracia. E, conforme afirmado, a separação tanto de eleitores como de representantes políticos em campos homogêneos evidencia cada vez mais por que as diferenças ideológicas estão marcando a polarização do povo norte-americano. Deste modo, a antipatia partidária decreta-se muito mais por questões ligadas às visões e valores culturais que trazem desafios mais latentes do que os convencionais esperados por discordância mais moderada.

A ausente empatia cívica expõe o quão instrumentalizada é a performance de Trump ao tratar seus adversários políticos com abusos de poder, pois são designados para corporificar sua base política que se anima e se satisfaz com seu espetáculo de se opor ao outro, de desprezar a lei, de caluniar os fatos. A vontade de potência é o papel que Trump representa diante de seus eleitores da base, o seu slogan reflete a manifestação de afirmação da supremacia branca com o *“Make America Great Again”*. Um gênio mais que estável, Donald Trump se integrou ao dilema de McLuhan de que “o meio é a mensagem”, e ele mesmo se tornou o meio da política do escândalo, de trazer argumentações sempre com apelo ao discurso enervante, uma tática que já fazia parte do seu cotidiano enquanto estrela do entretenimento.

O movimento populista nacional, neste caso, nos Estados Unidos, tomados por retóricas trazidas de responsabilização das políticas de ações afirmativas construídas por cosmopolitas seculares que deram direitos excessivos aos LGBT+, aos negros, aos imigrantes e as mulheres, no lugar, dos operários brancos, que são os maiores contribuidores históricos da construção da nação norte-americana, segundo a ótica colocada em cena por Trump e demais republicanos. Assim, com as justificativas narradas, sem inserir as outras facetas da problematização que as falhas neoliberais trazem, como a desindustrialização afetada no sul global ser o motivo para a migração ser constante, principalmente, de forma clandestina. Ou, como os grupos minorizados LGBT+ e da população negra estarem conquistando direitos formais não bastam para que suas conquistas reais de não serem alvos de violência física,

verbal e psicológica, não se fazem palpáveis para que possam exercer e desfrutar plenamente de sua liberdade política.

O quarto capítulo, por sua vez, teve o potencial mais ilustrativo. Foi possível notar que a narrativa do trumpismo de novos esforços de fortificar fronteiras emergem como uma tentativa de reforçar e insinuar o poder de alguns grupos; surge como um atrativo político, do qual não depende de uma relevância funcional per se, mas devem ter o domínio do que as pessoas pensam sobre ele, ou seja, é um gerenciamento da imagem da fronteira. Tal instrumentalização do muro, como mecanismo de espetáculo para manutenção de capital social, foi consideravelmente mais intensa com o cenário de espanto e vigilância constante após o 11 de setembro.

O episódio do Onze de Setembro marcou a sociedade estadunidense de várias formas, porém, também foi quando a difusão de teorias da conspiração ganhou proporção altíssima, ao ponto de propagar movimentos online e offline como é o caso dos *truthers* e sua ramificação *birthers*. O engajamento desses teóricos da conspiração foi astutamente prolífero dada a conjuntura daquele momento, conforme realçado por Habermas (2006), tal cenário reflete muito como as reações poderiam ser direcionadas ao sentido de encarar uma incapacidade do governo de determinar a magnitude do risco que a essência terrorista promove à sociedade. E, foi isso que ocorreu.

Outro ponto a ser considerado, e que foi desvendado por esta pesquisa é que Trump não formulou todas as narrativas que usou para atacar arduamente o Partido Democrata e figuras que o representavam. Sua voz ecoou nos movimentos da extrema direita e alcançou grupos sociais indecisos com apoio de perspicazes atores do ambiente online como Steve Bannon, Ann Coulter e Alex Jones. Além de que a mídia televisiva, como a *Fox News*, exerceu papel ativo e visível encorajando públicos específicos a se engajarem em comportamentos efervescentes, como ilustrado no caso de Glenn Beck apresentando um programa totalmente moldado para criar condutas repressivas a conquista da Presidência por Obama, marcando o movimento mais conhecido como “ele é inconstitucional” um exemplo notório de racismo velado.

Abordando tais questões por uma ótica mais crítica sobre o impacto da mídia nas relações sociais, podemos notar que a posição da mídia no jogo político não é anedótica, as interpretações sociais das manifestações políticas não são esdrúxulas para conceber um quadro mais compreensivo das razões pelas quais tais fenômenos alcançam tais

desdobramentos. Muito menos, faria-se ineficiente analisar particularidades que poderiam apontar como se deu a fertilização de conjunturas propícias para a instalação do caos político.

Desta maneira, vale replicar o que Byung Chul Han (2014, 2018) e Jill Lepore (2020) pincelam quanto a falta de disposição das empresas informacionais como Google, Facebook e outras na operação de informações aos usuários das extensões da internet. E, também, das empresas ao fornecerem dados das pessoas deveriam ser sigilosos, posto que, muitas delas não praticaram ações merecedoras de punição, conforme as regras da plataforma usada. No entanto, foram usadas pela nova lógica capitalista de lucrar com base na transformação dos dados nos novos petróleos da economia mundial.

Neste aspecto, a pesquisa mostra, conforme os apontamentos feitos, que o controle e a manipulação de informação nas eleições de 2016, que definiu a vitória de Donald Trump, foram impactadas com as atuações de personalização de mensagens, usadas para conquistar públicos alvos, seguindo a lógica que a segmentação da mídia vinha seguindo para captar audiência e personalizar tendências. De tal forma, as manipulações e controle de informações se deram com o desenvolvimento do capitalismo industrial para o neoliberalismo, o qual se pautou em trabalhar a monetização de dados e fez deles mecanismos que favoreceram o abismo das lutas partidárias, as quais ultrapassaram o limite da tolerância mútua apesar das divergências dos pontos de vistas.

Traçando todas as considerações, pode-se destacar que, na era digital, o controle e a manipulação de informações por grupos políticos são evidentes. Assim, tal estruturação abre chances de ser replicadas em outros cenários nacionais, como já consideram alguns dos teóricos aqui apontados com Castells (1999, 2018) e Wendy Brown (2010, 2019). Além do mais, há destacado que a mesma funcionalidade de controle e manipulação de informações ocorre em diversas localidades, visto os recursos que a nova mídia digital proporciona alterando a nossa de espaço e tempo tidos a séculos atrás.

Desta maneira, esta pesquisa pôde agregar na falta de notoriedade que a Academia de Relações Internacionais fornece à mídia e sua centralidade nas relações sociais e internacionalmente. Tanto, que esteve com a facúndia de expor inúmeros efeitos que estão correlacionados com as novas formas da conjuntura política, social, econômica e cultural das interações da população estadunidense. Portanto, pesquisas futuras sobre análises como estas que tentam explorar o impacto da mídia nas relações sociais, e, prontamente, nos sistemas políticos e internacionalmente, podem ser de extrema relevância no campo de estudo das

relações internacionais para ser demonstrado que a mídia está para além de um papel coadjuvante.

## REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. **Robert Dahl e o dilema da igualdade na democracia moderna**. *Análise social*, n. 186, 2008. p. 159-180.
- ANDREAS, Peter. **Border Games: Policing the U.S.-Mexico Divide**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009. p. 143-148.
- BAUMAN, Zygmunt. **Cegueira moral**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.
- BISHOP, Bill. **The big sort: Why the clustering of like-minded America is tearing us apart**. Houghton Mifflin Harcourt, 2009. p. 130-232.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **A social history of the media: From Gutenberg to the Internet**. Polity, 2009. p. 233-259.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática**. São Paulo, Ed. Politeia, 2019.
- BROWN, Wendy. **Walled states, waning sovereignty**. Princeton University Press, 2010. p. 73-107.
- BUTLER, Judith. **Corpos Que Importam: os limites discursivos do “sexo”**. N-1 Edições, 2020. E-book. p. 367-387.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. "Volume 1." *São Paulo: Paz e Terra*, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.
- DAHL, Robert. **Los Sistemas Políticos Democráticos en los Países Avanzados: éxitos y desafíos**. En. Nueva hegemonía mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Ed. USP, 1997.
- DAHL, Robert. **Poliarquía en Diez textos básicos de Ciencia Política**. Barcelona, Ariel, 1992.
- DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2012. p. 513-543.
- DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Editora Bertrand Brasil, 2019.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Boitempo Editorial, 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 102, 1997. p. 7-165.

DEWEY, J.. **The public and its problems**. Ohio, Swallow Press Books, 1954. p. 144-170.

DOHERTY, Carroll; KILEY, Jocelyn; JAMESON, Bridget. **Partisanship and political animosity in 2016**. Pew Research Center, v. 75, 2016.

DUBERMAN, Martin. **Has the Gay Movement Failed?**. Univ of California Press, 2018.

DRUCKMAN, James N.; LUPIA, Arthur. **Preference formation**. Annual Review of Political Science, v. 3, n. 1, 2000. p. 1-24

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **National populism: The revolt against liberal democracy**. Penguin UK, 2018.

EKINS, Emily. **'The five types of Trump voters'**. Democracy Fund: Voter Study Group, 2017. Disponível em: <<https://www.voterstudygroup.org/publications/2016-elections/the-five-types-trump-voters>>. Acesso em: 22 de Fevereiro de 2021.

FONTES, Pablo et al. **A interdisciplinaridade nos estudos das Relações Internacionais: a contribuição da Comunicação Social aos estudos sobre mídia e política externa**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 6, n. 12, 2017. p. 443-468

HABERMAS, Jürgen. **The Divided West**. C. Cronin (Cambridge: Polity), 2006. p. 3-36

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Ed. Vozes Limitada, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Herder Editorial, 2014.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes Teixeira. **Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais**. Revista Debates, v. 9, n. 1, 2015. p. 09-23

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995. p. 236-253

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2018.

KRAMER, Katherine. **The Politics of Resentment: Rural Consciousness in Wisconsin and the Rise of Scott Walker** (Chicago: University of Chicago Press, 2016). p-3.

ITO, Youichi. **Johoka as a driving force of social change**. Keio Communication Review, nº 12, 1991 p. 33-58

LEVENDUSKY, Matthew. **How partisan media polarize America**. University of Chicago Press, 2013. p-4.

LEPORE, Jill. **Estas verdades: a história da formação dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. p. 574-861

LEPORE, Jill. **The Whites of Their Eyes: The Tea Party's Revolution and the Battle over American History** (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010). p-126

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2018.

MARINUCCI, Raquel. 2008. **Relações internacionais e mídia**. Univ. Rel. Int., Brasília, v. 6, n. 1, 2008. p. 43-52

MCLUHAN, Marshall. **Understanding media: The extensions of man**. MIT press, 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 49, 2000. p. 51-77

NICHOLS, Tom. **The Death of Expertise: The Campaign Against Established Knowledge and Why It Matters**. New York: Oxford University Press, 2017.

PORTO, Mauro Pereira. **Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante**. 2003

PUAR, Jasbir K. **The right to maim: Debility, capacity, disability**. Duke University Press, 2017. p. 33-50

SANDRO, Sehic, HALIMA, Sofradzija. **“Media and the phenomenon of spectacle”**. International Journal of Information Research and Review Vol. 07, Issue, 10, October, 2020. p.7106-7108

SAID, Edward. **Orientalism**. New York: Vintage. **Find this resource**, 1979. p. 54-55

SKOCPOL, Theda; HERTEL-FERNANDEZ, Alexander. **The Koch network and republican party extremism**. Perspectives on Politics, v. 14, n. 3, 2016. p. 681-699.